



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 024

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 024

24ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Requerimentos 16

Projetos de Lei 20

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 25

Dep. Luciana Rafagnin 26

Dep. Professor Luizão 26

Dep. Edgar Bueno..... 27

Dep. Antonio Belinati 29

Dep. Tadeu Veneri..... 30

Grande Expediente:

Dep. Edson Strapasson 32

Dep. Nelson Justus..... 34

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 28

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri31

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva.....35

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel36

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró37

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse.....39

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente40

Discussão/Votação

Redação Final41

3ª Discussão41

2ª Discussã41

1ª Discussão41

Requerimentos43

Encerramento da Sessão44

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....44

Diretoria Geral

Portarias45

DIÁRIO Nº 024

24ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE MARÇO DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da

Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello e Ribas Caeli Filho (09).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Waldyr Pugliesi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 010/08

Curitiba, 25/03/08.

Senhor Presidente:

Encaminho para apreciação dessa Casa Legislativa anteprojeto de lei que propõe reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/08.

Os valores fixados foram acordados a partir de negociações envolvendo lideranças das centrais sindicais, lideranças partidárias dessa Assembléia e o Poder Executivo, que entenderam estarem esses valores em patamares que podem ser suportados pelo atual quadro de desempenho da economia paranaense e brasileira. Ressalte-se que a política de isenção fiscal para as micro e pequenas empresas, assim como as políticas de reajuste das tarifas de serviços públicos adotados por estatais paranaenses reforçam a capacidade de absorção do ajuste proposto por empresas de menor porte.

Para fixação do valor do menor piso salarial estadual foram considerados a variação de 4,86% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba em 2007 e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná no mesmo ano, estimado pelo IPARDES em 6,0%, totalizando um percentual de 10,9%. Com a aplicação desse percentual sobre o maior piso regional de 2007, chegou-se ao valor de R\$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais).

Já para a fixação do valor do maior piso regional, levou-se em conta o salário médio de admissão dos trabalhadores paranaenses para a faixa inicial de 1,01 a 1,50 salários-mínimos, divulgado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2006, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nessa faixa o salário médio, nesse ano, correspondeu a 1,32 salários-mínimos (Tabela 1), ou seja, os trabalhadores admitidos com carteira assinada com salários entre um e um e meio salários mínimos receberam, em média, uma remuneração 32% acima do salário-mínimo vigente. Para se definir o valor do maior piso regional, aplicou-se esse percentual sobre o salário mínimo vigente para o corrente ano no Brasil (R\$ 415,00), resultando no valor de R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais) para vigorar a partir de 01/05/08, o que corresponde a uma correção de 15,32% em relação ao maior piso do ano anterior.

TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO E SALÁRIO DE ADMISSÃO - PARANÁ - 2006			
Faixa Salarial (SM)	Postos de Trabalho		% em Relação SM
	Total	%	
Até 0,5	2.973	0,43	0,46
De 0,51 a 1,00	39.979	5,77	0,90
De 1,01 a 1,50	310.034	44,73	1,32
De 1,51 a 2,00	158.290	22,84	1,79
De 2,01 a 3,00	105.014	15,15	2,48
De 3,01 a 4,00	31.109	4,49	3,55
De 4,01 a 5,00	14.671	2,12	4,58
De 5,01 a 7,00	12.187	1,76	6,04
De 7,01 a 10,00	8.095	1,17	8,56
De 10,01 a 15,00	4.461	0,64	12,47
De 15,01 a 20,00	1.771	0,26	17,76
Mais de 20,00	2.132	0,31	32,17
Ignorado	2.348	0,34	0,00
Total	693.064	100,00	2,12
Fonte: MTE/RAIS			

Os valores dos demais pisos regionais foram calculados mantendo-se os critérios estabelecidos na Lei Estadual 15486/07, que tem por base os Grandes Grupos Ocupacionais definidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e as diferenças de valor entre eles. Assim, chegou-se aos seguintes valores para os pisos salariais do Paraná, com arredondamento dos centavos:

Piso I: R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais) para os Técnicos de Nível Médio, correspondendo ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Piso II: R\$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Piso III: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Piso IV: R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) para os Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Piso V: R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais) para os Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Piso VI: R\$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Entendo que este anteprojeto de lei contribui para dar continuidade ao processo de diminuição das desigualdades de distribuição de renda, ao mesmo tempo em que fortalece o mercado consumidor e estimula o aumento da produção. Conto com o empenho dessa Assembléia e de todos os nobres Deputados, ciente do sentimento comum de que sua aprovação contribui para a construção de um Paraná cada vez mais desenvolvido e socialmente justo.

Respeitosamente,

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais) reproduzidas no Anexo I da presente lei, com fundamento no Inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14/07/2000, no Estado do Paraná, a partir de 1º/05/08, será de:

I - R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais) para os Técnicos de Nível Médio correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - R\$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) para os Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

V - R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais) para os Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações;

VI - R\$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º de maio.

Art. 2º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Art. 3º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I (ARTIGO 1º)

Classificação Brasileira de Ocupações Estrutura Agregada

GRANDE GRUPO 1:

Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes

1.1. Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público

1.1.1. Membros Superiores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário

1.1.1.1. Legisladores

1.1.1.2. Dirigentes gerais da administração pública

1.1.1.3. Magistrados

1.1.1.4. Dirigentes do serviço público

1.1.3. Chefes de pequenas populações

1.1.3.0. Dirigentes de povos indígenas, de quilombolas e caiçaras

1.1.4. Dirigentes e administradores de organização de interesse público

- 1.1.4.1. Dirigentes de partidos políticos
- 1.1.4.2. Dirigentes e administradores de entidades patronais e dos trabalhadores e de outros interesses sócio-econômicos
- 1.1.4.3. Dirigentes e administradores de entidades religiosas
- 1.1.4.4. Dirigentes e administradores de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos

1.2. Dirigentes de Empresas e Organizações (Exceto de Interesse Público)

- 1.2.1. Diretores gerais
 - 1.2.1.0. Diretores gerais
- 1.2.2. Diretores de produção e operações
 - 1.2.2.1. Diretores de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal
 - 1.2.2.2. Diretores de produção e operações em empresa da indústria extrativa, transformação e de serviços de utilidade pública
 - 1.2.2.3. Diretores de operações de obras em empresa de construção
 - 1.2.2.4. Diretores de operações em empresa do comércio
 - 1.2.2.5. Diretores de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e de alimentação
 - 1.2.2.6. Diretores de operações de serviços em empresa de armazenamento, de transporte e de telecomunicação
 - 1.2.2.7. Diretores de operações de serviços em instituição de intermediação financeira
- 1.2.3. Diretores de áreas de apoio
 - 1.2.3.1. Diretores administrativos e financeiros
 - 1.2.3.2. Diretores de recursos humanos e relações de trabalho.
 - 1.2.3.3. Diretores de comercialização e marketing
 - 1.2.3.4. Diretores de suprimentos e afins
 - 1.2.3.6. Diretores de serviços de informática
 - 1.2.3.7. Diretores de pesquisa e desenvolvimento
 - 1.2.3.8. Diretores de manutenção

1.3. Diretores e Gerentes em Empresa de Serviços de Saúde, da Educação, ou de Serviços Culturais, Sociais ou Pessoais

- 1.3.1. Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, de educação, ou de serviços culturais, sociais ou pessoais
 - 1.3.1.1. Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços pessoais, sociais e culturais
 - 1.3.1.2. Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços de saúde
 - 1.3.1.3. Diretores e gerentes de instituição de serviços educacionais

1.4. Gerentes

- 1.4.1. Gerentes de produção e operações
 - 1.4.1.1. Gerentes de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal

- 1.4.1.2. Gerentes de produção e operações em empresa da indústria extrativa, de transformação e de serviços de utilidade pública

- 1.4.1.3. Gerentes de obras em empresa de construção

- 1.4.1.4. Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica

- 1.4.1.5. Gerentes de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e alimentação

- 1.4.1.6. Gerentes de operações de serviços em empresa de transporte, de comunicação e de logística (armazenagem e distribuição)

- 1.4.1.7. Gerentes de operações de serviços em instituição de intermediação financeira

- 1.4.2. Gerentes de áreas de apoio

- 1.4.2.1. Gerentes administrativos, financeiros e de riscos

- 1.4.2.2. Gerentes de recursos humanos e de relações do trabalho

- 1.4.2.3. Gerentes de comercialização, marketing e comunicação

- 1.4.2.4. Gerentes de suprimentos e afins

- 1.4.2.5. Gerentes de tecnologia da informação

- 1.4.2.6. Gerentes de pesquisa e desenvolvimento

- 1.4.2.7. Gerentes de manutenção

GRANDE GRUPO 2:

Profissionais das Ciências e das Artes

2.0. Pesquisadores e profissionais policientíficos

- 2.0.1. Profissionais da biotecnologia e metrologia

- 2.0.1.1. Profissionais da biotecnologia

- 2.0.1.2. Profissionais da metrologia

- 2.0.2. Profissionais da eletromecânica

- 2.0.2.1. Engenheiros mecatrônicos

- 2.0.3. Pesquisadores

- 2.0.3.0. Pesquisadores das ciências biológicas

- 2.0.3.1. Pesquisadores das ciências naturais e exatas

- 2.0.3.2. Pesquisadores de engenharia e tecnologia

- 2.0.3.3. Pesquisadores das ciências da saúde

- 2.0.3.4. Pesquisadores das ciências da agricultura

- 2.0.3.5. Pesquisadores das ciências sociais e humanas

- 2.0.4. Profissionais de investigação criminal

- 2.0.4.1. Peritos criminais

2.1. Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia

- 2.1.1. Matemáticos, estatísticos e afins

- 2.1.1.1. Profissionais da matemática

- 2.1.1.2. Profissionais de estatística

- 2.1.2. Profissionais da informática

- 2.1.2.2. Engenheiros em computação

- 2.1.2.3. Administradores de redes, sistemas e banco de dados

- 2.1.2.4. Analistas de sistemas computacionais

- 2.1.3. Físicos, químicos e afins

- 2.1.3.1. Físicos
- 2.1.3.2. Químicos
- 2.1.3.3. Profissionais das ciências atmosféricas e espaciais e de astronomia
- 2.1.3.4. Geólogos e geofísicos
- 2.1.4. Engenheiros, arquitetos e afins
- 2.1.4.1. Arquitetos
- 2.1.4.2. Engenheiros civis e afins
- 2.1.4.3. Engenheiros eletricitistas, eletrônicos e afins
- 2.1.4.4. Engenheiros mecânicos
- 2.1.4.5. Engenheiros químicos
- 2.1.4.6. Engenheiros metalurgistas e de materiais
- 2.1.4.7. Engenheiros de minas
- 2.1.4.8. Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos
- 2.1.4.9. Engenheiros de produção, qualidade e segurança
- 2.1.5. Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial
- 2.1.5.1. Oficiais de convés e afins
- 2.1.5.2. Oficiais de máquinas da marinha mercante
- 2.1.5.3. Profissionais da pilotagem aeronáutica

2.2. Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins

- 2.2.1. Biólogos e afins
- 2.2.1.1. Biólogos e afins
- 2.2.2. Agrônomos e afins
- 2.2.2.1. Engenheiros agrossilvipecuários
- 2.2.3. Profissionais da medicina, saúde e afins
- 2.2.3.1. Médicos
- 2.2.3.2. Cirurgiões-dentistas
- 2.2.3.3. Veterinários e zootecnistas
- 2.2.3.4. Farmacêuticos
- 2.2.3.5. Enfermeiros
- 2.2.3.6. Profissionais da fisioterapia, fonoaudiologia e afins
- 2.2.3.7. Nutricionistas
- 2.2.4. Profissionais da educação física
- 2.2.4.1. Profissionais da educação física

2.3. Profissionais do Ensino

- 2.3.1. Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental
- 2.3.1.1. Professores de nível superior na educação infantil
- 2.3.1.2. Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)
- 2.3.1.3. Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oitava série
- 2.3.2. Professores do ensino médio
- 2.3.2.1. Professores do ensino médio
- 2.3.3. Professores e instrutores do ensino profissional
- 2.3.3.1. Professores do ensino profissional
- 2.3.3.2. Instrutores de ensino profissional
- 2.3.4. Professores do ensino superior

- 2.3.4.1. Professores de matemática, estatística e informática do ensino superior
- 2.3.4.2. Professores de ciências físicas, químicas e afins do ensino superior
- 2.3.4.3. Professores de arquitetura e urbanismo, engenharia, geofísica e geologia do ensino superior
- 2.3.4.4. Professores de ciências biológicas e da saúde do ensino superior
- 2.3.4.5. Professores na área de formação pedagógica do ensino superior
- 2.3.4.6. Professores nas áreas de língua e literatura do ensino superior
- 2.3.4.7. Professores de ciências humanas do ensino superior
- 2.3.4.8. Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis do ensino superior
- 2.3.4.9. Professores de artes do ensino superior
- 2.3.9. Outros professores de ensino não classificados anteriormente
- 2.3.9.2. Professores de educação especial
- 2.3.9.4. Programadores, avaliadores e orientadores de ensino

2.4. Profissionais das ciências jurídicas

- 2.4.1. Advogados, Procuradores, tabeliães e afins
- 2.4.1.0. Advogados
- 2.4.1.2. Procuradores e advogados públicos
- 2.4.1.3. Tabeliães e registradores
- 2.4.2. Advogados do Poder Judiciário e da Segurança Pública
- 2.4.2.2. Membros do Ministério Público
- 2.4.2.3. Delegados de Polícia
- 2.4.2.4. Defensores Públicos e Procuradores da Assistência Judiciária

2.5. Profissionais das ciências sociais e humanas

- 2.5.1. Cientistas sociais, psicólogos e afins
- 2.5.1.1. Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica
- 2.5.1.2. Economistas
- 2.5.1.3. Profissionais em pesquisa e análise geográfica
- 2.5.1.4. Filósofos
- 2.5.1.5. Psicólogos e psicanalistas
- 2.5.1.6. Assistentes sociais e economistas domésticos
- 2.5.2. Profissionais de organização e administração de empresas e afins
- 2.5.2.1. Administradores
- 2.5.2.2. Contadores e afins
- 2.5.2.3. Secretárias executivas e bilíngües
- 2.5.2.4. Profissionais de recursos humanos
- 2.5.2.5. Profissionais de administração econômico-financeira
- 2.5.3. Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização
- 2.5.3.1. Profissionais de relações públicas, publicidade, mercado e negócios

2.5.3.2. Profissionais de comercialização e consultoria de serviços bancários

2.5.3.3. Corretores de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos

2.5.4. Auditores fiscais públicos

2.5.4.1. Auditores fiscais e técnicos da receita federal

2.5.4.2. Auditores fiscais da previdência social

2.5.4.3. Auditores fiscais do trabalho

2.5.4.4. Fiscais de tributos estaduais e municipais

2.6. Comunicadores, Artistas e Religiosos

2.6.1. Profissionais da comunicação e da informação

2.6.1.1. Profissionais do jornalismo

2.6.1.2. Profissionais da informação

2.6.1.3. Arquivistas e museólogos

2.6.1.4. Filólogos, intérpretes e tradutores

2.6.1.5. Profissionais da escrita

2.6.1.6. Editores

2.6.1.7. Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão

2.6.1.8. Fotógrafos profissionais

2.6.2. Profissionais de espetáculos e das artes

2.6.2.1. Produtores de espetáculos

2.6.2.2. Diretores de espetáculos e afins

2.6.2.3. Cenógrafos

2.6.2.4. Artistas visuais e desenhistas industriais

2.6.2.5. Atores

2.6.2.6. Músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos

2.6.2.7. Músicos intérpretes

2.6.2.8. Artistas da dança (exceto dança tradicional e popular)

2.6.2.9. Designer de Interiores de nível superior

2.6.3. Membros de cultos religiosos e afins

2.6.3.1. Ministros de culto, missionários, teólogos e profissionais assemelhados

GRANDE GRUPO 3:

Técnicos de Nível Médio

3.0. Técnicos Polivalentes

3.0.0. Técnicos mecatrônicos e eletromecânicos

3.0.0.1. Técnicos em mecatrônica

3.0.0.3. Técnicos em eletromecânica

3.0.1. Técnicos em laboratório

3.0.1.1. Técnicos de laboratório industrial

3.0.1.2. Técnicos de apoio à bioengenharia

3.1. Técnicos de Nível Médio das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia e Afins

3.1.1. Técnico em ciências físicas e químicas

3.1.1.1. Técnicos químicos

3.1.1.2. Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino de petróleo, gás e afins

3.1.1.3. Técnicos em materiais, produtos cerâmicos e vidros

3.1.1.4. Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha

3.1.1.5. Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes

3.1.1.6. Técnicos têxteis

3.1.1.7. Coloristas

3.1.2. Técnicos em construção civil, de edificações e obras de infra-estrutura

3.1.2.1. Técnicos em construção civil (edificações)

3.1.2.2. Técnicos em construção civil (obras de infra-estrutura)

3.1.2.3. Técnicos em geomática

3.1.3. Técnicos em eletroeletrônica e fotônica

3.1.3.1. Técnicos em eletricidade e eletrotécnica

3.1.3.2. Técnicos em eletrônica

3.1.3.3. Técnicos em telecomunicações

3.1.3.4. Técnicos em calibração e instrumentação

3.1.3.5. Técnicos em fotônica

3.1.4. Técnicos em metalmeccânica

3.1.4.1. Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos

3.1.4.2. Técnicos mecânicos (ferramentas)

3.1.4.3. Técnicos em mecânica veicular

3.1.4.4. Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos

3.1.4.6. Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)

3.1.4.7. Técnicos em siderurgia

3.1.6. Técnicos em mineralogia e geologia

3.1.6.1. Técnicos em geologia

3.1.6.3. Técnicos em mineração

3.1.7. Técnicos em informática

3.1.7.1. Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações

3.1.7.2. Técnicos em operação e monitoração de computadores

3.1.8. Desenhistas técnicos e modelistas

3.1.8.0. Desenhistas técnicos, em geral

3.1.8.1. Desenhistas técnicos da construção civil e arquitetura

3.1.8.2. Desenhistas técnicos da mecânica

3.1.8.3. Desenhistas técnicos em eletricidade, eletrônica, eletromecânica, calefação, ventilação e refrigeração

3.1.8.4. Desenhistas técnicos de produtos e serviços diversos

3.1.8.5. Desenhistas projetistas de construção civil e arquitetura

3.1.8.6. Desenhistas projetistas da mecânica

3.1.8.7. Desenhistas projetistas da eletrônica

3.1.8.8. Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos

3.1.9. Outros técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

3.1.9.1. Técnicos do vestuário

3.1.9.2. Técnicos do mobiliário e afins

3.2. Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

- 3.2.0. Técnicos em biologia
 - 3.2.0.1. Técnicos em biologia
- 3.2.1. Técnicos da produção agropecuária
 - 3.2.1.1. Técnicos agrícolas
 - 3.2.1.2. Técnicos florestais
 - 3.2.1.3. Técnicos em aquicultura
- 3.2.2. Técnicos da ciência da saúde humana
 - 3.2.2.1. Acupunturistas, podólogos, quiropraxistas e afins
 - 3.2.2.2. Técnicos e auxiliares de enfermagem
 - 3.2.2.3. Ópticos optometristas
 - 3.2.2.4. Técnicos de odontologia
 - 3.2.2.5. Técnicos em próteses ortopédicas
 - 3.2.2.6. Técnicos de imobilizações ortopédicas
- 3.2.3. Técnicos da ciência da saúde animal
 - 3.2.3.1. Técnicos em pecuária
- 3.2.4. Técnicos em operação de equipamentos e instrumentos de diagnóstico
 - 3.2.4.1. Técnicos em equipamentos médicos e odontológicos
 - 3.2.4.2. Técnicos e auxiliares técnicos em patologia clínica
- 3.2.5. Técnicos de bioquímica e da biotecnologia
 - 3.2.5.0. Enólogos, perfumistas e aromados
 - 3.2.5.1. Técnicos em manipulação farmacêutica
 - 3.2.5.2. Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos
 - 3.2.5.3. Técnicos de apoio à biotecnologia
- 3.2.8. Técnicos em necropsia e taxidermistas
 - 3.2.8.1. Técnicos em necropsia e taxidermistas

3.3. Professores leigos e de nível médio

- 3.3.1. Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissionalizante
 - 3.3.1.1. Professores de nível médio na educação infantil
 - 3.3.1.2. Professores de nível médio no ensino fundamental
 - 3.3.1.3. Professores de nível médio no ensino profissionalizante
- 3.3.2. Professores leigos no ensino fundamental e no profissionalizante
 - 3.3.2.1. Professores leigos no ensino fundamental
 - 3.3.2.2. Professores práticos no ensino profissionalizante
- 3.3.3. Instrutores e professores de escolas livres
 - 3.3.3.1. Instrutores e professores de cursos livres
- 3.3.4. Inspectores de alunos e afins
 - 3.3.4.1. Inspectores de alunos

3.4. Técnicos de nível médio em serviços de transportes

- 3.4.1. Técnicos em navegação aérea, marítima e fluvial
 - 3.4.1.1. Pilotos de aviação comercial, mecânicos de voo e afins

- 3.4.1.2. Técnicos marítimos, fluviários e pescadores de convés
- 3.4.1.3. Técnicos marítimos e fluviários de máquinas
- 3.4.2. Técnicos em transportes (logística)
 - 3.4.2.1. Técnicos em logística de transportes multimodal
 - 3.4.2.2. Despachantes aduaneiros
 - 3.4.2.3. Técnicos em transportes rodoviários
 - 3.4.2.4. Técnicos em transportes metroferroviários
 - 3.4.2.5. Técnicos em transportes aéreos
 - 3.4.2.6. Técnicos em transportes por vias navegáveis e operações portuárias

3.5. Técnicos de nível médio nas ciências administrativas

- 3.5.1. Técnicos das ciências administrativas
 - 3.5.1.1. Técnicos em contabilidade
 - 3.5.1.3. Técnicos em administração
 - 3.5.1.4. Serventuários da justiça e afins
 - 3.5.1.5. Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas
 - 3.5.1.6. Técnicos em segurança no trabalho
 - 3.5.1.7. Técnicos de seguros e afins
 - 3.5.1.8. Agentes de investigação e identificação
- 3.5.2. Técnicos de inspeção, fiscalização e coordenação administrativa
 - 3.5.2.2. Agentes da saúde e do meio ambiente
 - 3.5.2.3. Agentes fiscais metrológicos e de qualidade
 - 3.5.2.4. Profissionais de direitos autorais e de avaliação de produtos dos meios de comunicação
- 3.5.3. Técnicos de nível médio em operações financeiras
 - 3.5.3.2. Técnicos em operações e serviços bancários
- 3.5.4. Técnicos de nível médio em operações comerciais
 - 3.5.4.1. Técnicos de vendas especializadas
 - 3.5.4.2. Compradores
 - 3.5.4.3. Analistas de comércio exterior
 - 3.5.4.4. Leiloeiros e avaliadores
 - 3.5.4.5. Corretores de seguros
 - 3.5.4.6. Corretores de imóveis
 - 3.5.4.7. Representantes comerciais autônomos
 - 3.5.4.8. Técnicos em turismo

3.7. Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

- 3.7.1. Técnicos de serviços culturais
 - 3.7.1.1. Técnicos em biblioteconomia
 - 3.7.1.2. Técnicos em museologia e afins
 - 3.7.1.3. Técnicos em artes gráficas
 - 3.7.1.4. Recreadores
- 3.7.2. Técnicos em operação de câmera fotográfica, cinema e de televisão
 - 3.7.2.1. Captadores de imagens em movimento
 - 3.7.2.2. Operadores de rede de teleprocessamento e afins

3.7.3. Técnicos em operação de emissoras de rádio, sistemas de televisão e de produtoras de vídeo

3.7.3.1. Técnicos de operação de emissoras de rádio

3.7.3.2. Técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo

3.7.4. Técnicos em operação de aparelhos de sonorização, cenografia e projeção

3.7.4.1. Técnicos em áudio

3.7.4.2. Técnicos em cenografia

3.7.4.3. Técnicos em operação de aparelhos de projeção

3.7.4.4. Técnicos em montagem, edição e finalização de filme e vídeo

3.7.5. Decoradores e vitrinistas

3.7.5.1. Designers de interiores, de vitrines e visual merchandising (nível médio)

3.7.6. Artistas de artes populares e modelos

3.7.6.1. Dançarinos tradicionais e populares

3.7.6.2. Artistas de circo (circenses)

3.7.6.3. Apresentadores de espetáculos, eventos e programas

3.7.6.4. Modelos

3.7.7. Atletas, desportistas e afins

3.7.7.1. Atletas Profissionais

3.7.7.2. Árbitros Desportivos

3.9. Outros técnicos de nível médio

3.9.1. Técnicos de nível médio em operações industriais

3.9.1.1. Técnicos de planejamento e controle de produção

3.9.1.2. Técnicos de controle da produção

3.9.5. Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento

3.9.5.1. Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento

GRANDE GRUPO 4:

Trabalhadores de Serviços Administrativos

4.1. Escriturários

4.1.0. Supervisores de serviços administrativos (exceto de atendimento ao público)

4.1.0.1. Supervisores administrativos

4.1.0.2. Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

4.1.1. Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos

4.1.1.0. Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos

4.1.2. Secretários de expediente e operadores de máquinas de escritórios

4.1.2.1. Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados

4.1.2.2. Contínuos

4.1.3. Escriturários contábeis e de finanças

4.1.3.1. Auxiliares de Contabilidade

4.1.3.2. Escriturários de Serviços Bancários

4.1.4. Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção

4.1.4.1. Almoxarifes e armazenistas

4.1.4.2. Apontadores e conferentes

4.1.5. Auxiliares de serviços de biblioteca, documentação e correios

4.1.5.1. Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa

4.1.5.2. Carteiros e operadores de triagem de serviços postais

4.2. Trabalhadores de atendimento ao público

4.2.0. Supervisores de atendimento ao público

4.2.0.1. Supervisores de atendimento ao público e de pesquisa

4.2.1. Caixas, bilheteiros e afins

4.2.1.1. Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)

4.2.1.2. Coletadores de Apostas e de Jogos

4.2.1.3. Cobradores e Afins

4.2.2. Trabalhadores de informações ao público

4.2.2.1. Recepcionistas

4.2.2.2. Operadores de telefonia

4.2.2.3. Operadores de telemarketing

4.2.3. Despachantes

4.2.3.1. Despachantes documentalistas

4.2.4. Entrevistadores, Recenseadores e afins

4.2.4.1. Entrevistadores e recenseadores

GRANDE GRUPO 5:

Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados

5.1. Trabalhadores dos serviços

5.1.0. Supervisores dos serviços

5.1.0.1. Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios

5.1.0.2. Supervisores de lavanderia

5.1.0.3. Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros

5.1.1. Trabalhadores dos serviços de transporte e turismo

5.1.1.1. Trabalhadores de segurança e atendimento aos usuários nos transportes

5.1.1.2. Fiscais e cobradores dos transportes coletivos

5.1.1.4. Guias de turismo

5.1.2. Trabalhadores dos serviços domésticos em geral

5.1.2.1. Trabalhadores dos serviços domésticos em geral

5.1.3. Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação

5.1.3.1. Mordomos e governantas

5.1.3.2. Cozinheiros

- 5.1.3.3 Camareiros, roupeiros e afins
- 5.1.3.4 Garçons, barmen, copeiros e sommeliers
- 5.1.4. Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros
 - 5.1.4.1. Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios
 - 5.1.4.2. Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros
- 5.1.5. Trabalhadores dos serviços de saúde
 - 5.1.5.1. Agentes comunitários de saúde e afins
 - 5.1.5.2. Auxiliares de laboratório da saúde
- 5.1.6. Trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais
 - 5.1.6.1. Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene
 - 5.1.6.2. Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos
 - 5.1.6.3. Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina
 - 5.1.6.4. Lavadores e passadores de roupa, à mão
 - 5.1.6.5. Trabalhadores dos serviços funerários
 - 5.1.6.6. Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários
 - 5.1.6.7. Astrólogos e numerólogos
 - 5.1.6.8. Esotéricos e paranormais
- 5.1.7. Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança
 - 5.1.7.1. Bombeiros e salva-vidas
 - 5.1.7.2. Policiais, guardas civis municipais e agentes de trânsito
 - 5.1.7.3. Vigilantes e guardas de segurança
 - 5.1.7.4. Porteiros e vigias
- 5.1.9. Outros trabalhadores de serviços diversos
 - 5.1.9.1. Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas
 - 5.1.9.2. Catadores de material reciclável
 - 5.1.9.3. Trabalhadores de serviços veterinários, de higiene e estética de animais domésticos
 - 5.1.9.8. Profissionais do sexo
 - 5.1.9.9. Outros trabalhadores dos serviços

5.2. Vendedores e prestadores de serviços do comércio

- 5.2.0. Supervisores de vendas e de prestação de serviços
 - 5.2.0.1. Supervisores de vendas e de prestação de serviços
- 5.2.1. Vendedores e demonstradores
 - 5.2.1.1. Operadores do comércio em lojas e mercados
- 5.2.3. Instaladores de produtos e acessórios
 - 5.2.3.1. Instaladores de produtos e acessórios
- 5.2.4. Vendedores a domicílio, ambulantes e em bancas
 - 5.2.4.1. Vendedores em domicílio
 - 5.2.4.2. Vendedores em bancas, quiosques e barracas
 - 5.2.4.3. Vendedores ambulantes

GRANDE GRUPO 6:

Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca

6.1. Produtores na exploração agropecuária

- 6.1.1. Produtores agropecuários em geral
 - 6.1.1.0. Produtores agropecuários em geral
- 6.1.2. Produtores agrícolas
 - 6.1.2.0. Produtores agrícolas polivalentes
 - 6.1.2.1. Produtores agrícolas na cultura de gramíneas
 - 6.1.2.2. Produtores agrícolas na cultura de plantas fibrosas
 - 6.1.2.3. Produtores agrícolas na olericultura
 - 6.1.2.4. Produtores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais
 - 6.1.2.5. Produtores agrícolas na fruticultura
 - 6.1.2.6. Produtores agrícolas na cultura de plantas estimulantes
 - 6.1.2.7. Produtores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas
 - 6.1.2.8. Produtores de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais
- 6.1.3. Produtores em pecuária
 - 6.1.3.0. Produtores em pecuária polivalente
 - 6.1.3.1. Produtores em pecuária de animais de grande porte
 - 6.1.3.2. Produtores em pecuária de animais de médio porte
 - 6.1.3.3. Produtores da avicultura e cunicultura
 - 6.1.3.4. Produtores de animais e insetos úteis

6.2. Trabalhadores na exploração agropecuária

- 6.2.0. Supervisores na exploração agropecuária
 - 6.2.0.1. Supervisores na exploração agropecuária
- 6.2.1. Trabalhadores na exploração agropecuária em geral
 - 6.2.1.0. Trabalhadores agropecuários em geral
- 6.2.2. Trabalhadores agrícolas
 - 6.2.2.0. Trabalhadores de apoio à agricultura
 - 6.2.2.1. Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas
 - 6.2.2.2. Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas fibrosas
 - 6.2.2.3. Trabalhadores agrícolas na olericultura
 - 6.2.2.4. Trabalhadores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais
 - 6.2.2.5. Trabalhadores agrícolas na fruticultura
 - 6.2.2.6. Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes
 - 6.2.2.7. Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas
 - 6.2.2.8. Trabalhadores agrícolas da cultura de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais
- 6.2.3. Trabalhadores na pecuária
 - 6.2.3.0. Tratadores polivalentes de animais

- 6.2.3.1. Trabalhadores na pecuária de animais de grande porte
- 6.2.3.2. Trabalhadores na pecuária de animais de médio porte
- 6.2.3.3. Trabalhadores na avicultura e cunicultura
- 6.2.3.4. Trabalhadores na criação de insetos e animais úteis

6.3. Pescadores e extrativistas florestais

- 6.3.0. Supervisores na exploração florestal e pesca
 - 6.3.0.1. Supervisores na área florestal e aquicultura
- 6.3.1. Pescadores
 - 6.3.1.0. Pescadores polivalentes
 - 6.3.1.1. Pescadores profissionais artesanais de água doce
 - 6.3.1.2. Pescadores de água costeira e alto-mar
 - 6.3.1.3. Criadores de animais aquáticos
 - 6.3.1.4. Trabalhadores de apoio à pesca
 - 6.3.2. Extrativistas florestais
 - 6.3.2.0. Trabalhadores florestais polivalentes
 - 6.3.2.1. Extrativistas e reflorestadores de espécies produtoras de madeira
 - 6.3.2.2. Extrativistas florestais de espécies produtoras de gomas e resinas
 - 6.3.2.3. Extrativistas florestais de espécies produtoras de fibras, ceras e óleos
 - 6.3.2.4. Extrativistas florestais de espécies produtoras de alimentos silvestres
 - 6.3.2.5. Extrativistas florestais de espécies produtoras de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas
 - 6.3.2.6. Carvoejadores

6.4. Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

- 6.4.1. Trabalhadores da mecanização agropecuária
 - 6.4.1.0. Trabalhadores da mecanização agrícola
- 6.4.2. Trabalhadores da mecanização florestal
 - 6.4.2.0. Trabalhadores da mecanização florestal
- 6.4.3. Trabalhadores da irrigação e drenagem
 - 6.4.3.0. Trabalhadores da irrigação e drenagem

GRANDE GRUPO 7:

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais

7.1. Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil

- 7.1.0. Supervisores da extração mineral e da construção civil
 - 7.1.0.1. Supervisores da extração mineral
 - 7.1.0.2. Supervisores da construção civil
- 7.1.1. Trabalhadores da extração mineral
 - 7.1.1.1. Trabalhadores da extração de minerais sólidos
 - 7.1.1.2. Trabalhadores de extração de minerais sólidos (operadores de máquinas)

- 7.1.1.3. Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos

- 7.1.1.4. Garimpeiros e operadores de salinas

- 7.1.2. Trabalhadores de beneficiamento de minérios e pedras ornamentais

- 7.1.2.1. Trabalhadores de beneficiamento de minérios

- 7.1.2.2. Trabalhadores de beneficiamento de pedras ornamentais

- 7.1.5. Trabalhadores da construção civil e obras públicas

- 7.1.5.1. Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações

- 7.1.5.2. Trabalhadores de estruturas de alvenaria

- 7.1.5.3. Montadores de estruturas de concreto armado

- 7.1.5.4. Trabalhadores na operação de máquinas de concreto usinado

- 7.1.5.5. Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis

- 7.1.5.6. Trabalhadores de instalações elétricas

- 7.1.5.7. Aplicadores de materiais isolantes

- 7.1.6. Trabalhadores de acabamento de obras

- 7.1.6.1. Revestidores de concreto

- 7.1.6.2. Telhadores (revestimentos rígidos)

- 7.1.6.3. Vidraceiros (revestimentos rígidos)

- 7.1.6.4. Gesseiros

- 7.1.6.5. Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras

- 7.1.6.6. Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)

- 7.1.7. Ajudantes de obras

- 7.1.7.0. Ajudantes de obras civis

7.2. Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos

- 7.2.0. Supervisores da transformação de metais e de compósitos

- 7.2.0.1. Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais

- 7.2.0.2. Supervisores da fabricação e montagem metalmeccânica

- 7.2.1. Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos

- 7.2.1.1. Ferramenteiros e afins

- 7.2.1.2. Preparadores e operadores de máquinas-ferramentas convencionais

- 7.2.1.3. Afiadores e polidores de metais

- 7.2.1.4. Operadores de máquinas de usinagem CNC

- 7.2.2. Trabalhadores de conformação de metais e de compósitos

- 7.2.2.1. Trabalhadores de forjamento de metais

- 7.2.2.2. Trabalhadores de fundição de metais puros e de ligas metálicas

- 7.2.2.3. Trabalhadores de moldagem de metais e de ligas metálicas

7.2.2.4. Trabalhadores de trefilação e estiramento de metais puros e ligas metálicas

7.2.3. Trabalhadores de tratamento térmico e de superfícies de metais e de compósitos

7.2.3.1. Trabalhadores de tratamento térmico de metais

7.2.3.2. Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termoquímicos)

7.2.3.3. Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos

7.2.4. Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos

7.2.4.1. Encanadores e instaladores de tubulações

7.2.4.2. Trabalhadores de traçagem e montagem de estruturas metálicas e de compósitos

7.2.4.3. Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas

7.2.4.4. Trabalhadores de caldeiraria e serralheria

7.2.4.5. Operadores de máquinas de conformação de metais

7.2.4.6. Trançadores e laceiros de cabos de aço

7.2.5. Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos

7.2.5.0. Ajustadores mecânicos polivalentes

7.2.5.1. Montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linhas de montagem

7.2.5.2. Montadores de máquinas industriais

7.2.5.3. Montadores de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

7.2.5.4. Mecânicos montadores de motores e turboalimentadores

7.2.5.5. Montadores de Veículos automotores (linha de montagem)

7.2.5.6. Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves

7.2.5.7. Instaladores de equipamentos de refrigeração e ventilação

7.3. Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica

7.3.0. Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas

7.3.0.1. Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas

7.3.1. Montadores e instaladores de equipamentos eletroeletrônicos em geral

7.3.1.1. Montadores de equipamentos eletroeletrônicos

7.3.1.2. Montadores de aparelhos de telecomunicações

7.3.1.3. Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações

7.3.2. Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e de comunicações

7.3.2.1. Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados

7.4. Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais

7.4.0. Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais

7.4.0.1. Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais

7.4.1. Montadores e ajustadores de instrumentos de precisão

7.4.1.1. Mecânicos de instrumentos de precisão

7.4.2. Montadores e ajustadores de instrumentos musicais

7.4.2.1. Confeccionadores de instrumentos musicais

7.5. Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins

7.5.0. Supervisores de joalheria, vidraria, cerâmica e afins

7.5.0.1. Supervisores de joalheria e afins

7.5.0.2. Supervisores de vidraria, cerâmica e afins

7.5.1. Joalheiros e ourives

7.5.1.0. Joalheiros e lapidadores de gemas

7.5.1.1. Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos

7.5.2. Vidreiros, ceramistas e afins

7.5.2.1. Sopradores, moldadores e modeladores de vidros e afins

7.5.2.2. Trabalhadores da transformação de vidros planos

7.5.2.3. Ceramistas (preparação e fabricação)

7.5.2.4. Vidreiros e ceramistas (arte e decoração)

7.6. Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

7.6.0. Supervisores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

7.6.0.1. Supervisores da indústria têxtil

7.6.0.2. Supervisores na indústria do curtimento

7.6.0.3. Supervisores na confecção do vestuário

7.6.0.4. Supervisores na confecção de calçados

7.6.0.5. Supervisores da confecção de artefatos de tecidos, couros e afins

7.6.0.6. Supervisores das artes gráficas

7.6.1. Trabalhadores das indústrias têxteis

7.6.1.0. Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis

7.6.1.1. Trabalhadores da classificação de fibras têxteis e lavagem de lã

7.6.1.2. Operadores da fiação

7.6.1.3. Operadores de tear e máquinas similares

7.6.1.4. Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis

7.6.1.5. Inspetores e revisores de produção têxtil

7.6.2. Trabalhadores do tratamento de couros e peles

7.6.2.0. Trabalhadores polivalentes do curtimento de couros e peles

7.6.2.1. Trabalhadores da preparação do curtimento de couros e peles

7.6.2.2. Trabalhadores do curtimento de couros e peles

7.6.2.3. Trabalhadores do acabamento de couros e peles

7.6.3. Trabalhadores da confecção de roupas

7.6.3.0. Profissionais polivalentes da confecção de roupas

7.6.3.1. Trabalhadores da preparação da confecção de roupas

7.6.3.2. Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário

7.6.3.3. Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas

7.6.4. Trabalhadores da confecção de calçados

7.6.4.0. Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados

7.6.4.1. Trabalhadores da preparação da confecção de calçados

7.6.4.2. Operadores de máquinas de costurar e montar calçados

7.6.4.3. Trabalhadores de acabamento de calçados

7.6.5. Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros

7.6.5.0. Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros

7.6.5.1. Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos, couros e tapeçaria

7.6.5.2. Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros

7.6.5.3. Operadores de máquinas na confecção de artefatos de couro

7.6.5.4. Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros

7.6.6. Trabalhadores da produção gráfica

7.6.6.1. Trabalhadores da pré-impressão gráfica

7.6.6.2. Trabalhadores da impressão gráfica

7.6.6.3. Trabalhadores do acabamento gráfico

7.6.6.4. Trabalhadores de laboratório fotográfico e radiológico

7.6.8. Trabalhadores artesanais das atividades têxteis, do vestuário e das artes gráficas

7.6.8.1. Trabalhadores de tecelagem manual, tricô, crochê, rendas e afins

7.6.8.2. Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos

7.6.8.3. Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles

7.6.8.6. Trabalhadores tipográficos linotipistas e afins.

7.6.8.7. Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)

7.7. Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário

7.7.0. Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular

7.7.0.1. Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular

7.7.1. Marceneiros e afins

7.7.1.1. Marceneiros e Afins

7.7.2. Trabalhadores da preparação da madeira

7.7.2.1. Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira

7.7.3. Trabalhadores da transformação da madeira e da fabricação do mobiliário

7.7.3.1. Operadores de máquinas de desdobramento da madeira

7.7.3.2. Operadores de máquinas de aglomeração e prensagem de chapas

7.7.3.3. Operadores de usinagem convencional de madeira

7.7.3.4. Operadores de máquina de usinar madeira (produção em série)

7.7.3.5. Operadores de máquinas de usinagem de madeira CNC

7.7.4. Trabalhadores de montagem de móveis e artefatos de madeira

7.7.4.1. Montadores de móveis e artefatos de madeira

7.7.5. Trabalhadores em acabamento de madeira e de mobiliário

7.7.5.1. Trabalhadores de arte e do acabamento em madeira e do mobiliário

7.7.6. Trabalhadores artesanais da madeira e do mobiliário

7.7.6.4. Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins

7.7.7. Trabalhadores da carpintaria veicular

7.7.7.1. Carpinteiros navais

7.7.7.2. Carpinteiros de carrocerias e carretas

7.8. Trabalhadores de funções transversais

7.8.0. Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem

7.8.0.1. Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem

7.8.1. Operadores de robôs e equipamentos especiais

7.8.1.1. Condutores de Processos robotizados

7.8.1.3. Operadores de veículos subaquáticos controlados remotamente

7.8.1.7. Trabalhadores subaquáticos

7.8.2. Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas

7.8.2.1. Operadores de máquinas e equipamentos de elevação

7.8.2.2. Operadores de equipamentos de movimentação de cargas

7.8.2.3. Motoristas de veículos de pequeno e médio porte

- 7.8.2.4. Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários
- 7.8.2.5. Motoristas de veículos de cargas em geral
- 7.8.2.6. Operadores de veículos sobre trilhos e cabos aéreos
- 7.8.2.7. Trabalhadores aquaviários
- 7.8.2.8. Condutores de animais e de veículos de tração animal e pedais
- 7.8.3. Trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas
 - 7.8.3.1. Trabalhadores de manobras de transportes sobre trilhos
 - 7.8.3.2. Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias
- 7.8.4. Embaladores e alimentadores de produção
 - 7.8.4.1. Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem
 - 7.8.4.2. Alimentadores de linhas de produção

GRANDE GRUPO 8:

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais

8.1. Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias

- 8.1.0. Supervisores de produção, em indústrias químicas, petroquímicas e afins
 - 8.1.0.1. Supervisores de produção em indústrias químicas, petroquímicas e afins
 - 8.1.0.2. Supervisores de produção em indústrias de transformação de plásticos e borrachas
 - 8.1.0.3. Supervisores de Produção em Indústrias de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos e Afins
- 8.1.1. Operadores de instalações em indústrias químicas, petroquímicas e afins
 - 8.1.1.0. Operadores polivalentes de equipamentos em indústrias químicas, petroquímicas e afins
 - 8.1.1.1. Operadores de equipamentos de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)
 - 8.1.1.2. Operadores de calcinação e de tratamentos químicos de materiais radioativos
 - 8.1.1.3. Operadores de equipamentos de filtração e separação
 - 8.1.1.4. Operadores de equipamentos de destilação, evaporação e reação
 - 8.1.1.5. Operadores de equipamentos de produção e refino de petróleo e gás
 - 8.1.1.6. Operadores de equipamentos de coqueificação
 - 8.1.1.7. Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de borracha e moldadores de parafinas
 - 8.1.1.8. Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
 - 8.1.2. Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
 - 8.1.2.1. Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
 - 8.1.3. Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins

- 8.1.8. Operadores de operação unitária de laboratório (transversal para toda indústria de processos)

8.1.8.1 Laboratoristas industriais auxiliares

8.2.Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção

- 8.2.0. Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas
 - 8.2.0.1. Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas
 - 8.2.0.2. Supervisores na fabricação de materiais para construção (vidros e cerâmicas)
- 8.2.1. Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas - primeira fusão
 - 8.2.1.1. Operadores de instalações de sinterização
 - 8.2.1.2. Operadores de fornos de primeira fusão e aciaria
 - 8.2.1.3. Operadores de equipamentos de laminação
 - 8.2.1.4. Operadores de equipamentos de acabamento de chapas e metais
- 8.2.2. Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas - segunda fusão
 - 8.2.2.1. Forneiros metalúrgicos (segunda fusão e reaquescimento)
- 8.2.3. trabalhadores de instalações e equipamentos de material de construção, cerâmica e vidro
 - 8.2.3.1. Operadores na preparação de massas para abrasivo, vidro, cerâmica, porcelana e materiais de construção
 - 8.2.3.2. Operadores de equipamentos de fabricação e beneficiamento de cristais, vidros, cerâmicas, porcelanas, fibras de vidro, abrasivos e afins
 - 8.2.3.3. Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção
- 8.2.8. Trabalhadores artesanais da siderurgia e de materiais de construção
 - 8.2.8.1 Trabalhadores da fabricação de cerâmica estrutural para construção

8.3. Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel

- 8.3.0. Supervisores da fabricação de celulose e papel
 - 8.3.0.1. Supervisores da fabricação de celulose e papel
- 8.3.1. Trabalhadores da preparação de pasta de papel
 - 8.3.1.1. Preparadores de pasta para fabricação de papel
- 8.3.2. Trabalhadores da fabricação de papel
 - 8.3.2.1. Operadores de máquinas de fabricar papel e papelão
 - 8.3.3. Confeccionadores de produtos de papel e papelão
 - 8.3.3.1. Operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel e papelão
 - 8.3.3.2. Trabalhadores artesanais de produtos de papel e papelão

8.4. Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

8.4.0. Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

8.4.0.1. Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

8.4.1. Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas

8.4.1.1. Trabalhadores da indústria de beneficiamento de grãos, cereais e afins

8.4.1.2. Trabalhadores no beneficiamento do sal

8.4.1.3. Trabalhadores na fabricação e refino de açúcar

8.4.1.4. Trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos

8.4.1.5. Trabalhadores na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins

8.4.1.6. Trabalhadores na industrialização de café, cacau, mate e de produtos afins

8.4.1.7. Trabalhadores na fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas

8.4.1.8. Operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados

8.4.2. Operadores na preparação de fumo e na fabricação de charutos e cigarros

8.4.2.1. Beneficiadores de fumo

8.4.2.2. Charuteiros

8.4.2.3. Cigarreiros

8.4.8. Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo

8.4.8.1. Trabalhadores artesanais na conservação de alimentos

8.4.8.2. Trabalhadores artesanais na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins

8.4.8.3. Padeiros, confeitadores e afins

8.4.8.4. Trabalhadores em análises sensoriais

8.4.8.5. Magarefes e afins

8.4.8.6. Trabalhadores artesanais na indústria do fumo

8.6. Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)

8.6.0. Supervisores da produção de utilidades

8.6.0.1. Supervisores da produção de utilidades

8.6.1. Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétricas e nucleares)

8.6.1.1. Operadores de instalações de geração e distribuição de energia elétrica, hidráulica, térmica ou nuclear

8.6.1.2. Operadores de instalações de distribuição de energia elétrica

8.6.2. Operadores de utilidades

8.6.2.1. Operadores de máquinas a vapor e utilidades

8.6.2.2. Operadores de instalações de captação, tratamento e distribuição de água

8.6.2.3. Operadores de instalações de captação e esgotos

8.6.2.4. Operadores de instalações de extração, processamento, envasamento e distribuição de gases

8.6.2.5. Operadores de instalações de refrigeração e ar-condicionado

8.1.3.1. Operadores de processos das indústrias de transformação de produtos químicos, petroquímicos e afins

GRANDE GRUPO 9:**Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção****9.1. Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica**

9.1.0. Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica

9.1.0.1. Supervisores em serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais

9.1.0.2. Supervisores em serviços de reparação e manutenção veicular

9.1.0.9. Supervisores de outros trabalhadores de serviços de reparação, conservação e manutenção

9.1.1. Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais

9.1.1.1. Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão

9.1.1.2. Mecânicos de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração

9.1.1.3. Mecânicos de manutenção de máquinas industriais

9.1.3. Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

9.1.3.1. Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

9.1.4. Mecânicos de manutenção veicular

9.1.4.1. Mecânicos de manutenção aeronáutica

9.1.4.2. Mecânicos de manutenção de motores e equipamentos navais

9.1.4.3. Mecânicos de manutenção metroferroviária

9.1.4.4. Mecânicos de manutenção de veículos automotores

9.1.5. Reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão

9.1.5.1. Técnicos em manutenção e reparação de instrumentos de medição e precisão

9.1.5.2. Restauradores de instrumentos musicais

9.1.5.3. Técnicos em manutenção e reparação de equipamentos biomédicos

9.1.5.4. Reparadores de equipamentos fotográficos

9.1.9. Outros trabalhadores da reparação e manutenção de equipamentos

9.1.9.1. Lubrificadores

9.1.9.2. Trabalhadores de manutenção de roçadeiras, motosserras e similares

9.1.9.3. Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica

9.5. Polimantenedores

9.5.0. Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica

9.5.0.1. Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e predial

9.5.0.2. Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular

9.5.0.3. Supervisores de manutenção eletromecânica

9.5.1. Eletricistas eletrônicos de manutenção industrial, comercial e residencial

9.5.1.1. Eletricistas de manutenção eletroeletrônica

9.5.1.3. Instaladores e mantenedores de sistemas eletroeletrônicos de segurança

9.5.3. Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular

9.5.3.1. Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)

9.5.4. Mantenedores eletromecânicos

9.5.4.1. Instaladores e mantenedores eletromecânicos de elevadores, escadas e portas automáticas

9.5.4.2. Reparadores de aparelhos eletrodomésticos

9.5.4.3. Reparadores de equipamentos de escritório

9.9. Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

9.9.1. Outros trabalhadores da conservação e manutenção (exceto trabalhadores elementares)

9.9.1.1. Conservadores de vias permanentes (trilhos)

9.9.1.2. Mantenedores de equipamentos de parques de diversões e similares

9.9.1.3. Reparadores de carrocerias de veículos

9.9.1.4. Mantenedores de edificações

9.9.2. Trabalhadores elementares da manutenção

9.9.2.1. Trabalhadores elementares de serviços de manutenção veicular

9.9.2.2. Trabalhadores operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)

GRANDE GRUPO 0:**Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares****0.1. Membros das Forças Armadas**

0.1.0. Membros das Forças Armadas

0.1.0.1. Oficiais Gerais das Forças Armadas

0.1.0.2. Oficiais das Forças Armadas

0.1.0.3. Praças das Forças Armadas

0.2. Policiais Militares

0.2.0. Oficiais de Polícia Militar

0.2.0.1. Oficiais superiores da Polícia Militar

0.2.0.2. Capitães da Polícia Militar

0.2.0.3. Tenentes da Polícia Militar

0.2.1. Praças de Polícia Militar

0.2.1.1. Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar

0.2.1.2. Cabos e Soldados da Polícia Militar

0.3. Bombeiros Militares

0.3.0. Oficiais de Bombeiro Militar

0.3.0.1. Oficiais superiores do Corpo de Bombeiros Militar

0.3.0.2. Oficiais intermediários do Corpo de Bombeiros Militar

0.3.0.3. Tenentes do Corpo de Bombeiros Militar

0.3.1. Praças de Bombeiro Militar

0.3.1.1. Subtenentes e Sargentos do Corpo de Bombeiros Militar

0.3.1.2. Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros Militar

Ofício

OFÍCIO Nº 020/08

Curitiba, em 26/03/08.

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve vem, respeitosamente, pelo presente instrumento, justificar sua ausência na Sessão deste corrente dia, em virtude de sua participação em reunião do Ministério da Educação a ser realizada em Brasília, Distrito Federal, que tratará da assinatura de convênio de caráter educacional a ser firmado junto ao Governo da Ucrânia.

Nestes termos, renovo meus sentimentos de estima.

(a) FELIPE LUCAS

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para utilização do plenarinho desta Casa, pela Comissão de Constituição e Justiça, no dia 08 de abril, das 09h às 12h.

Esta solicitação tem por finalidade a realização de uma Audiência Pública acerca do Projeto de Lei nº 828/07 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e carreiras dos seus servidores.

Aproveito a oportunidade para também solicitar os serviços do setor de cerimonial e taquigrafia deste Poder.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Ariane dos Santos, residente à rua Júlio Bugnhaki, 6 - Vila de Lourdes - município de Campo Largo, que pede, em nome dos

moradores, a implantação de rede coletora de esgoto na rua em que reside, bem como em toda a vila. A Sra. Ariane e os seus vizinhos são obrigados a utilizar o sistema de fossas domiciliares, que além de deficientes, estão ocasionando infiltrações nos terrenos uns dos outros. Os transtornos causados são muitos, além do alto custo que pagam quando são realizadas as limpezas das fossas. A situação é crítica e necessita de providências urgentes, motivo de tal reivindicação. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 3393-5093.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário João Carlos Martins Cava, ocorrido em Arapongas, onde foi sepultado na tarde de hoje.

Empresário bem sucedido era um dos proprietários da MOVAL, uma das maiores indústrias de móveis do Brasil. Modelo de competência, arrojo e amor à vida e ao trabalho, seu precoce falecimento causou grande consternação em sua família, no elevado grupo de amigos e na sociedade paranaense.

Homem de fé, exemplo de pai de família, sua morte deixa um vazio enorme em todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Sem nenhum exagero, era ele o tipo de empresário tão necessário em nosso país, pois sempre administrou seus negócios com invejável otimismo, apostando sempre no potencial do nosso Brasil. Vai deixar muita saudade.

Requeiro que a homenagem e o reconhecimento público desta Casa de Leis sejam comunicados à viúva, dona Claudete, rogando que Deus conforte sua família, neste momento de grande tristeza e dor por tão irreparável perda.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Antonio Lira, ocorrido no dia 21/03/08, no município de Diamante do Sul/PR.

Requer, ainda que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Nilvana Lira.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim com existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável.

Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Seu Carlos fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação.

Homem de bem, soube em vida deixar uma grande marca de honestidade e caráter. Sua esposa Nilvana Lira e seus três filhos, criados com muito esmero e disciplina, com certeza sentirão amargamente a sua ausência.

Seu Carlos, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade, fato do qual tenho muito orgulho. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a partida. O sentimento é de tristeza e desânimo. Mais um companheiro que partiu desse mundo.

Mas a nossa fé cristã nos dá força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que seu Carlos está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ele está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ele amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pelo seu 84º aniversário comemorado hoje.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(aa) JOCELITO CANTO, AUGUSTINHO ZUCCHI, DURVAL AMARAL, ALEXANDRE CURI, NELSON JUSTUS e ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações proposto, vem homenagear o Clube Atlético Paranaense que comemora nesta quarta-feira, 26/03/08, 84 anos de sua fundação. O clube surgiu a partir de uma união das duas maiores forças do estado, Internacional e América. Ao regressarem para suas origens, os alvirrubros do América formaram com os do Internacional o maior clube da história do paranaense.

Ao longo das últimas oito décadas, o Atlético passou por momentos diferentes. Viveu o auge de grandes times, passou por maus bocados com dificuldades financeiras, e voltou a ocupar um lugar de destaque no futebol nacional, alcançando vãos ainda mais altos. Mas uma coisa não mudou: a paixão dos atleticanos pelo seu clube. Muitos deles já não estão mais entre nós, mas certamente ainda acompanham e protegem o Rubro-Negro de outra dimensão.

A atual nação atleticana, formada por mais de um milhão de fanáticos, tem muito do que se orgulhar. O Atlético é hoje sinônimo de modernidade no futebol brasileiro. Conquistou o título brasileiro de 2001, chegou ao vice-campeonato três anos depois e protagonizou duas campanhas excepcionais em torneios intercontinentais. Além disso, possui uma das estruturas mais sólidas das Américas.

Dentre seus comandantes, destaca-se o visionário Jofre Cabral e Silva nos anos 60, o saudoso Aníbal Khury, tão importante Presidente deste Parlamento e outros notáveis como Valmor Zimmermann, Marcos Coelho, Presidente campeão brasileiro em 2001 e o atual Presidente do Conselho, Sr. Mário Celso Petraglia.

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão, votos de congratulações ao Prefeito de Realeza, Sr. Eduardo André Gaievski, e à Secretária da Educação desse mesmo município, Sra. Tânia Lotici Rodoy, pela classificação da rede escolar municipal de Realeza como um dos exemplos a serem seguidos por todas as escolas do país, segundo constatou a pesquisa “Redes de Aprendizagem - Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito a Aprender”, divulgada no 3º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. Como ressaltado pela reportagem do jornal Gazeta do Povo (edição de 26/03/08): “Ao todo, 37 redes municipais em 15 unidades da federação foram consideradas casos de sucesso, com Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) acima da média nacional (3,8). Elas são campeãs de aprendizagem, apesar das adversidades.”

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Sr. Prefeito e a Secretária da Educação do município de Realeza, destacando o sucesso na área educacional e o fato de que 4 (quatro) das 7 (sete) escolas municipais já oferecem educação em tempo integral.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de congratulações ao Sr. Adair Ceccatto (Pardal) Prefeito Municipal de São Jorge D'Oeste, pelo brilhante destaque obtido na pesquisa Rede de Aprendizagem - Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender.

Parabenizamos a importante atuação do município, colocando-se entre as cinco cidades de destaque do Paraná nesta pesquisa. Ao mesmo tempo, honramos o

trabalho do Sr. Guilherme Kaminski, Secretário de Educação, envolvendo soluções simples, práticas e imediatas, além de um atendimento individualizado com alunos e professores que merece um verdadeiro destaque nacional.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão, votos de congratulações ao Prefeito de São Jorge D'Oeste, Sr. Adair Ceccatto e ao Secretário da Educação desse mesmo município, Sr. Guilherme Kaminski, pela classificação da rede escolar municipal de São Jorge D'Oeste como um dos exemplos a serem seguidos por todas as escolas do país, segundo constatou a pesquisa “Redes de Aprendizagem - Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito a Aprender”, divulgada no 3º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. Como ressaltado pela reportagem do jornal Gazeta do Povo (edição de 26/03/08): “Ao todo, 37 redes municipais em 15 unidades da federação foram consideradas casos de sucesso, com Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) acima da média nacional (3,8). Elas são campeãs de aprendizagem, apesar das adversidades.” Dessas 37 (trinta e sete) redes, 10 estão situadas na região sul do país, 5 (cinco) das quais no estado do Paraná e, dentre essas, São Jorge d'Oeste.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Sr. Prefeito e o Secretário da Educação do município de São Jorge d'Oeste, destacando o sucesso na área educacional e o fato de que conseguiram atingir um IDEB de 5,1 com um programa de atendimento individualizado aos alunos e de escola em tempo integral que foi considerado modelo para os demais municípios do país.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão, votos de congratulações ao Prefeito de Pinhais, Sr. Mário Bonaldo e à Secretária da Educação desse mesmo município, Sra. Lizete Brudeck Cordeiro, pela classificação da rede escolar municipal de Pinhais como um dos exemplos a serem seguidos por todas as escolas do país, segundo constatou a pesquisa “Redes de Aprendizagem - Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito a Aprender”, divulgada no 3º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. Como ressaltado pela reportagem do jornal Gazeta do Povo

(edição de 26/03/08), “Ao todo, 37 redes municipais em 15 unidades da federação foram consideradas casos de sucesso, com Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) acima da média nacional (3,8). Elas são campeãs de aprendizagem, apesar das adversidades.”

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Sr. Prefeito e a Secretária da Educação do município de Pinhais, destacando o sucesso na área educacional e o fato de que conseguiram atingir um IDEB de 5,0 com um programa de auto-avaliação que foi considerado modelo para todos os outros municípios do país.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão, votos de congratulações ao Prefeito de Jesuítas, Sr. José Weiller Júnior e à Secretária da Educação desse mesmo município, Sra. Iodete Aparecida Alves Picolo, pela classificação da rede escolar municipal de Jesuítas como um dos exemplos a serem seguidos por todas as escolas do país, segundo constatou a pesquisa “Redes de Aprendizagem - Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito a Aprender”, divulgada no 3º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. Como ressaltado pela reportagem do jornal Gazeta do Povo (edição de 26/03/08), “Ao todo, 37 redes municipais em 15 unidades da federação foram consideradas casos de sucesso, com Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) acima da média nacional (3,8). Elas são campeãs de aprendizagem, apesar das adversidades.” Dessas 37 (trinta e sete) redes, 10 estão situadas na região sul do país, 5 (cinco) das quais no estado do Paraná e, dentre essas, Jesuítas.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Sr. Prefeito e a Secretária da Educação do município de Jesuítas, destacando o sucesso na área educacional e o fato de que conseguiram atingir um IDEB de 4,5 com um programa de ações voltado ao investimento na qualificação do corpo docente e em projetos de contraturno que integra comunidade, família e escola, considerado modelo para os demais municípios do país.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 564

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão, votos de congratulações ao Prefeito de Marilena, Sr. José Aparecido da Silva e à Secretária da Educação desse mesmo município, pela classificação da rede escolar municipal de Marilena como um dos exemplos a serem seguidos por todas as escolas do país, segundo constatou

a pesquisa “Redes de Aprendizagem - Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito a Aprender”, divulgada no 3º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. Como ressaltado pela reportagem do jornal Gazeta do Povo (edição de 26/03/08), “Ao todo, 37 redes municipais em 15 unidades da federação foram consideradas casos de sucesso, com Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) acima da média nacional (3,8). Elas são campeãs de aprendizagem, apesar das adversidades.” Dessas 37 (trinta e sete) redes, 10 estão situadas na região sul do país, 5 (cinco) das quais no estado do Paraná e, dentre essas, Marilena.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Sr. Prefeito e a Secretária da Educação do município de Marilena, destacando o sucesso na área educacional.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o registro nos Anais dos trabalhos desta Casa, de moção de louvor endereçada aos jornalistas Euclides Bogoni e Saul Bogoni, o primeiro, Presidente-fundador do jornal Diário do Noroeste, e o segundo, professor e Chefe do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná, sediado em Paranaíba.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) LUIZ ACCOSI

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Euclides Bogoni, pioneiro da imprensa na região no noroeste paranaense, fundador e Presidente do quase sexagenário Diário do Noroeste, lançou oficialmente, neste começo de semana, o projeto Jornal da Escola - Ler Para Crescer.

A atitude conta com o respaldo logístico do NRE/Paranaíba, chefiado pelo Professor Saul Bogoni, também editor do DN.

A exemplo de outras poucas cidades, os estudantes de Paranaíba disporão, doravante, de uma eficiente ferramenta para aprimoração da educação de todos e de cada um.

A interação preconizada pelo projeto entre imprensa e escola, permite ao educando o descortino de informações de interesse geral, a possibilidade de debates sobre temas que fazem parte da diuturnidade da vida da gente, e o incentivamento à juventude para maior e mais efetiva participação na vida da sua própria comunidade.

Essa louvação por parte do Poder Executivo paranaense, significa o apoio desta Casa a iniciativas tão produtoras quanto oportunas.

Que, dessa decisão, se dê ciência aos Srs. Euclides Bogoni e Saul Bogoni, o primeiro, jornalista Presidente do Diário do Noroeste, e, o segundo, o também jornalista e professor Saul Bogoni, Chefe do Núcleo Regional de Educação.

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Paulo Afonso Schmidt - Presidente da Urbanização de Curitiba S/A - URBS, solicitando informações relativas ao convênio com a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC referentes ao sistema integrado de transporte coletivo da região metropolitana, especificando os itens relativos ao município de Colombo, conforme segue:

I. Quais são as linhas alimentadoras do terminal Maracanã previstas para serem transferidas para o terminal Guaraituba?

II. Qual é o número de viagens e quilometragem, em média, percorrida por mês, por cada uma dessas linhas?

III. Qual é o número de passageiros, em média, transportados por linha/mês?

IV. Qual é o custo do quilômetro rodado por linha/mês?

V. Qual é o custo do quilômetro rodado, médio, da linha Direta, articulado e convencional do sistema integrado em Colombo?

VI. Qual a diferença de custo operacional entre o atual sistema, e o mesmo operando com os terminais Maracanã e Guaraituba em conjunto, dentro do mesmo corredor de transporte? Discriminando as respectivas viagens e quilometragens em cada linha.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Sra. Maria Letizia Jimenez Abbate Fiala - Diretora-Presidente da COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - solicitando informações referentes ao sistema integrado de transporte coletivo da região metropolitana, com base no convênio realizado entre o Governo do Estado do Paraná e a empresa URBS - Urbanização de Curitiba S/A, especificando os itens relativos ao município de Colombo, conforme segue:

I. Quais são as linhas alimentadoras do terminal Maracanã previstas para serem transferidas para o terminal Guaraituba?

II. Qual é o número de viagens e quilometragem, em média, percorrida por mês, por cada uma dessas linhas?

III. Qual é o número de passageiros, em média, transportados por linha/mês?

IV. Qual é o custo do quilômetro rodado por linha/mês?

V. Qual é o custo do quilômetro rodado, médio, da linha Direta, articulado e convencional do sistema integrado em Colombo?

VI. Qual a diferença de custo operacional entre o atual sistema, e o mesmo operando com os terminais Maracanã e Guaraituba em conjunto, dentro do mesmo corredor de transporte? Discriminando as respectivas viagens e quilometragens em cada linha.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Exma. Sra. Lygia Lumina Pupatto, DD. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando informações sobre o Sr. Sebastião Bordin, funcionário público estadual, conforme abaixo relacionado:

1. Em qual órgão governamental trabalha?

2. Qual a função que exerce?

3. Qual o salário que o mesmo percebe?

4. Onde o referido funcionário se encontrava nos dias 19, 20, 24, 25 e 26 de março do corrente ano? A serviço de quem? Se estava recebendo diárias e quantas diárias? Qual o valor da diária?

5. Enviar cópias dos documentos que comprovem as informações prestadas em relação às indagações contidas no presente pedido de informações.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 110/08**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - as operações de comercialização de brinquedos especiais destinados ao lazer de crianças cadeirantes.

§ 1º Denomina-se brinquedo especial aquele que visa integrar crianças com necessidades especiais, permitindo a socialização dos menores.

§ 2º Denomina-se criança cadeirante aquela com necessidade especial, que utilize cadeira de rodas na locomoção.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo determinará a realização de estudo de impacto financeiro decorrente da execução desta lei e a readequação das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A proposição em exame pretende baratear a aquisição de brinquedos destinados à inclusão social de crianças que se utilizam de cadeira de rodas para a locomoção.

Pretende-se com essa iniciativa criar oportunidade para que brinquedos dessa natureza sejam desenvolvidos para áreas públicas, como parques, praças, bem como para condomínios residenciais, permitindo a socialização das crianças com necessidades especiais.

Trata-se de projeto de lei que privilegia causas sociais, integrando a população e reduzindo desigualdades.

Os espaços públicos e privados têm função social que carecem de políticas públicas e nessa linha, indispensável a aplicação dos princípios constitucionais de inclusão social.

PROJETO DE LEI Nº 111/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Grupo REVIDE (Restaurando Vidas da Dependência Química), com sede social no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Grupo REVIDE - Restaurando Vidas da Dependência Química, foi fundado há 2 anos, na cidade de Londrina. Presidido pelo Reverendo Márcio Borges Ribeiro, é uma entidade londrinense consagrada no coração da população, principalmente daqueles que passam pelo difícil momento da recuperação da dependência química. A entidade promove, com muito êxito, atuação na área de prevenção do uso indevido do álcool e das drogas, além de pregar o desestímulo do consumo dessas substâncias, proporcionando ao dependente químico tratamento humanitário, cristão, com grande sucesso na restauração dos laços familiares e sociais do dependente químico, facilitando o importante processo social de reinserção do indivíduo à sociedade, além da prestação de serviço de acompanhamento ao dependente durante sua recuperação. Esse respeitado Grupo também ministra conhecimentos técnicos e científicos sobre as drogas e seus perigos. Os dirigentes do REVIDE são verdadeiros servos de Deus, todos voluntários, que estão obtendo resultados fantásticos em tão delicada área social e estão

consagrados também pela forte ação em várias outras áreas relacionadas com a recuperação do dependente químico, sempre visando sua reintegração à sociedade, com a volta da felicidade em seu lar.

Segue, anexo, cópia do estatuto do Grupo REVIDE.

PROJETO DE LEI Nº 112/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica ratificado o Convênio ICMS nº 051/07, que autoriza o estado do Paraná a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS.

Art. 2º O sujeito passivo que tenha aderido ao programa estabelecido na Lei nº 15290, de 22/09/06, e que pretenda permanecer no Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses - REFISPAR, poderá aderir ao tratamento tributário de que trata esta lei em relação ao saldo residual que eventualmente remanesça após a quitação da sexagésima parcela, desde que formalize pedido nesse sentido até 30/06/08.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o Convênio ICMS nº 051/07 no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL e

ALEXANDRE CURI

PROJETO DE LEI Nº 113/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11580, de 14/11/1996:

I - Acrescenta o parágrafo 8º, ao artigo 18, com a seguinte redação:

“§ 8º Nas hipóteses de pagamento antecipado do ICMS decorrente da aplicação do regime de substituição tributária, o contribuinte fará, em contra-gráfica, no mês da realização da operação, o ajuste automático de eventual diferença recolhida com insuficiência ou em excesso.”

II - Restabelece o parágrafo 3º do artigo 24, com a seguinte redação:

“§ 3º Na hipótese do artigo 11, far-se-á a complementação ou a compensação das quantias pagas com insuficiência ou excesso, respectivamente, observada a forma prevista no parágrafo 8º do artigo 18.”

III - Acrescenta os parágrafos 9º, 10 e 11, ao artigo 24, com a seguinte redação:

“§ 9º Consideram-se bens intermediários ou materiais secundários os insumos usuais, normais e necessários utilizados no processo de fabricação para obtenção da mercadoria ou prestação do serviço.

§ 10. Os benefícios de isenção, crédito presumido e redução de base de cálculo do ICMS, previstos na legislação, objetivando o desenvolvimento da economia do estado, são concedidos como estímulo ao investimento na implantação, expansão e modernização de empreendimentos econômicos, bem assim em pesquisa e desenvolvimento e inovação.

§ 11. Para o disposto no parágrafo anterior será considerado como investimento o valor efetivamente despendido em bens incorporados ao ativo permanente em razão de implantação, expansão ou modernização de estabelecimento; bem como gastos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, definidos em ato do Poder Executivo.”

Art. 2º Nas operações interestaduais com álcool etílico anidro combustível, promovidas pelo estabelecimento fabricante, ao abrigo da suspensão do pagamento do imposto prevista no Convênio ICMS nº 003/99 e suas alterações, a responsabilidade pelo pagamento do imposto é atribuída ao fornecedor da gasolina “a” ao estabelecimento da distribuidora de combustíveis, adquirente do álcool anidro neste estado, responsável pela mistura dos produtos e pela produção da gasolina “c”.

§ 1º Não sendo o imposto recolhido ao estado do Paraná pelo estabelecimento substituto em razão do descumprimento, por omissão ou falsidade, das obrigações condicionantes à suspensão do pagamento assumidas implicitamente pela distribuidora destinatária de misturar o álcool anidro com a gasolina “a” e de comunicar ao seu fornecedor de gasolina que a mistura desta seria com álcool anidro produzido no Paraná, esse imposto deverá ser exigido da distribuidora adquirente, que deu causa ao inadimplemento da obrigação.

§ 2º A suspensão do pagamento com base no Convênio ICMS nº 003/99 implica na substituição tributária do fabricante paranaense, excluindo-o de qualquer responsabilidade pelo pagamento do imposto, que em razão da substituição não pode ser cobrado do destinatário e por não ser ele o causador da inadimplência.

Art. 3º Excluem-se do texto do item 15, do anexo III, do RICMS, de 21/12/07, as referências locais, a expressão “quando neles forem aplicados componentes, partes e peças recebidas do exterior com o diferimento do imposto de que trata o item 22 do artigo 95”, e suas Notas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL

ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto-de-lei tem como propósito básico oferecer caráter de maior funcionalidade econômica ao principal tributo estadual. De há tempos, o Paraná tem mantido conduta sóbria, manifestada em sua recusa a ingressar no desvario da denominada guerra fiscal mediante o comprometimento das finanças públicas. Quando muito, aciona mudanças tributárias com o objetivo de proteger a economia paranaense dos desequilíbrios concorrenciais advindos da concessão, por outras Federadas, de incentivos desmedidos que afetam artificialmente os fatores locais de investimentos privados.

As alterações ora propostas desejam, isto sim, oferecer um ambiente operacional para os negócios em que se promova a paz e não a guerra com o tributo. Para tanto, são introduzidos conceitos claros, honestos e objetivos em determinados dispositivos da legislação de regência do ICMS, que, ao final, resultarão em diminuição de conflitos entre fisco e contribuinte.

O artigo 1º, I e II, deste projeto-de-lei tem o condão de recompor a característica fulgurante do ICMS, consubstanciada na sua incidência plurifásica. A chamada impropriamente “substituição tributária para a frente”, no seio do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação dos serviços nominados, implica no pagamento do tributo numa fase única, na origem - na fábrica ou na distribuição, - aplicada a alíquota de lei sobre o valor da operação de venda final, valor esse, por via de regra, estimado e fixado pelas Fazendas Estaduais.

A marca fundamental ICMS - que é o de sua incidência nas várias etapas do processo de circulação da mercadoria, na sistemática de crédito e débito -, deixa lugar, assim, para uma imposição unitária, que antecipa fictamente a ocorrência dos fatos jurídicos tributários. Não se pode deixar de acentuar as reservas que pairam sobre esse regime (mesmo após a Emenda Constitucional nº 3, de 1993), especialmente nas situações em que se exorbita o valor da exação por artifício de estimativa de base de cálculo descolada da realidade das operações mercantis, o que faz vilipendiados os princípios gerais da tributação pela via transversa do dimensionamento de bases de cálculo e (ou) de alíquotas reais de desvinculadas das legalmente estabelecidas. Em tais circunstâncias, dois fenômenos podem ocorrer, ínsitos à própria dinâmica econômica e de formação de preços: paga-se o ICMS em valor acima ou abaixo daquele que resulta da aplicação da alíquota legal sobre o preço efetivo praticado na operação com o consumidor final da mercadoria ou serviço. E o acerto deve se dar de forma automática, em conta-gráfica, pois que, em termos de ICMS, o contribuinte se encontra no sistema de pagamento por homologação (artigo 150 do Cód. Trib. Nac.), inerente ao princípio da não-cumulatividade, previsto expressamente no artigo 155, parágrafo 2º, item I, da Constituição Federal de 1988.

Nessa modalidade de lançamento, a responsabilidade pela verificação do fato tributário, pela determinação da matéria tributável, pelo cálculo do imposto devido, enfim, pela identificação de todos os aspectos da hipótese de incidência, é do sujeito passivo da obrigação tributária. Se para se debitar não é preciso de autorização, por quê, então, para formalizar os créditos? (Ou seja, imposto a maior na fonte: realização do crédito; imposto a menor: anotação do débito.)

Assinale-se, ainda, que o direito de se creditar pela parcela do imposto pago em excesso na fonte, da parte do contribuinte que se encontra no pólo final do estágio de circulação de mercadorias, originário do instituto da “substituição tributária”, vem desde o Decreto-Lei 406, de 1968, na redação trazida pela Lei Complementar nº 44, de 1983, tendo sido cancelado pela Lei Complementar nº 87, de 1996. Mesmo que inexistisse enunciado na legislação infraconstitucional nessa direção, ainda assim tal direito decorreria do próprio contexto conceitual da “substituição tributária” no ICMS.

O artigo 1º, III, veicula conteúdo que expressa conceitos necessários para a correta funcionalidade do tributo.

Em relação ao artigo 2º, o estado do Paraná implementou o regime tributário do ICMS nas operações com álcool etílico anidro combustível, determinando a suspensão do imposto incidente nas saídas com destino à distribuidora de combustíveis, neste e em outros estados, instituindo-se para o caso, sem dúvida, o regime da substituição tributária.

No primeiro momento, esta implementação deu-se conforme o estabelecido no Convênio ICMS 03/99, com o que retirou o imposto da obrigação da usina produtora, elegendo a Refinaria de Petróleo, fornecedora da gasolina “a” como contribuinte substituto, e, no caso da distribuidora adquirente deixar de prestar as informações para viabilizar o recolhimento, esta seria a responsável, conforme se vê dos seguintes dispositivos incluídos no Regulamento do ICMS (RICMS).

“Art. 85. Há suspensão do pagamento do imposto (art. 19 da Lei nº 11580/96):

XII - na saída interestadual de álcool etílico anidro combustível destinada à distribuição de combustíveis (Convênios ICMS 03/99, 72/99, 85/99 e 81/00).”

...

“Art. 466. O disposto nos arts. 459 a 461 não exclui a responsabilidade do TRR, da distribuidora de combustíveis ou do importador pela omissão ou pela apresentação de informações falsas ou inexatas, podendo ser exigido diretamente do estabelecimento responsável pela omissão ou pelas informações falsas ou inexatas o imposto devido a partir da operação por eles realizada até a última, e seus respectivos acréscimos (Convênio ICMS 59/02).”

Contudo, em 30/04/02, pelo Decreto nº 5621, o Poder Executivo fez incluir no Regulamento do ICMS, o parágrafo 10 ao artigo 85, atribuindo à usina produtora

remetente uma espécie de obrigação solidária no caso de inadimplemento do imposto pelo substituto ou responsável. *Verbis*.

§ 10. *vaso não ocorra o pagamento na forma prevista no parágrafo anterior, será exigido do remetente paranaense o tributo correspondente.* (Alteração 37ª do Decreto 5621/02).

Com isto, a laboriosa fiscalização da Receita Estadual vem lavrando autos de infrações incluindo as usinas como solidárias das distribuidoras adquirentes em relação aos deveres por estas não observados.

Acontece que este empenho de fazer retornar a responsabilidade tributária à usina remetente não encontra apoio jurídico e nem sequer mostra-se razoável.

O estado é que estabeleceu o regime de suspensão, transferindo a responsabilidade do imposto a terceiros, restando à usina produtora cumprir a legislação e não debitar o ICMS nas saídas com destino à distribuidora de combustíveis. A única condição para a regra suspensiva do imposto é a de ser a destinatária distribuidora de combustíveis.

Na hipótese da distribuidora destinatária deixar de cumprir alguma obrigação, e por conta disso a refinaria não tenha elementos proceder ao recolhimento do imposto, a usina remetente não pode ser chamada à responsabilidade, especialmente porque não cometeu e nem participou de qualquer irregularidade, inexistindo a obrigação legal e mesmo condições de fiscalizar o cumprimento ou não das obrigações tributárias de terceiros.

Acrescente-se ainda que inexistente qualquer dispositivo de lei que preveja ou atribua esta espécie de responsabilidade tributária.

O estado pode e deve tomar as medidas legalmente cabíveis no sentido de cobrar o tributo do contribuinte responsável pela falta de recolhimento.

É oportuno ainda anotar que o ICMS é um tributo indireto que integra o valor da operação. Não havendo o débito, o seu valor deixou de ser cobrado no preço da venda, em atendimento aos comandos da legislação, significando graves e irreparáveis prejuízos às usinas produtoras de álcool no Paraná, caso venham a ser compelidas ao pagamento de tributo, multas e juros, cuja obrigação, repita-se, foi retirada do remetente paranaense e atribuída à terceiros.

Artigo 3º versa sobre correções formais em dispositivos da legislação citada, contribuindo para a simplificação do sistema tributário estadual e evitar questionamentos na esfera judicial.

Por derradeiro, quer-se referir que a iniciativa deste projeto-de-lei, então, visa a restaurar ambiente de segurança jurídica e condições objetivas de desenvolvimento aos empreendimentos operantes em nosso território, tal como apregoada no preâmbulo da Constituição Cidadã de 1988.

PROJETO DE LEI Nº 114/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 14978 de 28/12/05:

I - Fica renumerado o artigo 3º para artigo 4º, acrescentando-se o artigo 3º com a seguinte redação:

“Art. 3º Como forma de estímulo ou de proteção para a produção rural e industrial do estado, poderão ser concedidos, pelo Poder Executivo, outros benefícios, em qualquer das etapas da cadeia de produção e de comercialização, de forma temporária ou permanente.

Parágrafo Único. O tratamento tributário a ser concedido, nos termos deste artigo:

a) será efetivado mediante termo de acordo firmado com a Secretaria de Estado da Fazenda;

b) deverá atender ao disposto no artigo 1º da Lei nº 15426, de 15/01/07;

c) estará condicionado a que o contribuinte, ou órgão de classe do setor produtivo que o represente, comprove a existência de regime jurídico tributário relativo ao ICMS, em vigência em outra unidade federada, que justifique a necessidade da proteção de que trata este dispositivo;

d) poderá alcançar operações ocorridas a partir da vigência desta lei e terá como limite de encerramento o dia 30/06/11.”

II - Fica revogado o parágrafo 1º do artigo 1º.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em 26/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL
ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei busca ampliar o mecanismo de proteção à agricultura e à indústria paranaense previsto no parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº 14978, de 28/12/05, de forma a alcançar toda a gama de atividades produtivas locais e não apenas aquelas direcionadas à produção e à industrialização de produtos da chamada cesta básica de alimentos, que constavam da lei supra mencionada.

A redação dada no artigo 3º do anteprojeto objetiva dar condições e instrumentos ágeis ao Poder Executivo no sentido de adotar medidas que protejam a economia local diante de normas que possam ser adotadas por outros estados da federação, à revelia dos convênios assinados no âmbito do Conselho de Política Fazendária, CONFAZ, que produzam resultados prejudiciais às empresas e aos produtores agropecuários do estado.

A diretriz de proteção da economia paranaense, em seu sentido pragmático, já está definida em diversas leis

estaduais. O que se pretende com o presente texto é definir objetivamente a forma pela qual o poder público poderá tornar efetiva essa proteção, além de indicar às empresas e setores econômicos afetados pela guerra fiscal o caminho para a obtenção das medidas que lhes permitam minimizar os efeitos que lhes são prejudiciais.

PROJETO DE LEI Nº 115/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido ao estabelecimento industrial de artigos de vestuário, têxtil, e artefatos de couro, e seus acessórios, crédito estimado no valor equivalente a 85% do débito do imposto nas operações com esses produtos, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação dos seus produtos, de bens destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento, bem como dos serviços tomados.

Art. 2º O Poder Executivo indicará, em lista de Códigos NBM-SH, os produtos a serem contemplados com o regime tributário previsto no artigo precedente.

Art. 3º Ficam introduzidas alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

Art. 4º Ao estabelecimento paranaense que realizou operações anteriores a Lei nº 15352 de 22/12/06, de aquisições ou transferências de couro salgado, couro wet blue, couro semi acabado oriundas do estado do Mato Grosso, fica garantido o aproveitamento integral do valor do ICMS destacado nos documentos fiscais (Nota Fiscal).

Art. 5º Para fins de aproveitamento do crédito de ICMS integral previsto no artigo 2º desta lei, deverá o estabelecimento paranaense, manter documentação que comprove a efetividade da operação (aquisição ou transferência).

Art. 6º Ficam convalidados e homologados os procedimentos de aproveitamento integral do valor do ICMS destacado nos documentos fiscais adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativas às operações anteriores a Lei nº 15352 de 22/12/06, de aquisições ou transferências de couro salgado, couro wet blue, couro semi acabado e couro acabado oriundas do estado do Mato Grosso.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/03/08.

(aa) ALEXANDRE CURI, NELSON JUSTUS, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI E ADEMAR TRAIANO.

Apoioamento:

Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa tem por escopo proteger a economia paranaense do setor, em razão de estar ela sendo submetida a desníveis de competição, provindos, de um lado, da apreciação do Real - fator que estimula a importação de países que praticam, inclusive, o denominado dumping social - e, de outro, de vantagens artificiais conferidas a agentes de produção sediados em outras unidades da federação.

O Paraná ocupa a 4ª posição no ranking nacional de indústrias do setor (4.097 estabelecimentos - em 2006), porém é o 3º colocado em número de empregos gerados e massa salarial (76.102 empregados e R\$ 35.480.083,00/mês - dados de 2007). Não pode o estado, pois, prescindir do dinamismo desta categoria econômica no sentido de contribuir para o incremento da prosperidade de nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia com satisfação a presença do Vereador Luiz Fernandes Gomes, de Terra Roxa, e também o eterno Vice-Prefeito Pedro Sônego, grande liderança de Terra Roxa, a pedido do Deputado Elio Rusch. Sejam bem-vindos entre nós!

Pequeno Expediente:

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Na verdade, faço questão de usar o Pequeno Expediente da Sessão de hoje para discorrer sobre alguns fatos que a grande imprensa está noticiando, hoje, no Brasil inteiro. Diz respeito à insegurança que existe, praticamente, entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, Oposição e Situação, em nível nacional.

Vamos lembrar um pouco do passado. Quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República e Marco Maciel seu vice, os seus opositores, na época, principalmente o partido que comanda o Brasil hoje, ou seja, o PT, não passava um dia, não passava uma semana sem que eles apresentassem denúncias e manifestações na cidade toda. Eles pichavam os muros: “Fora FHC!”

“Fora FMI!” “Fora não sei o quê!” Agora, de repente, o PT assume o Governo nacional, em 2003, e o Brasil vive momentos de maior descrédito na classe política. Descrédito introduzido pelos homens que estão no poder hoje.

Primeiro, começou o mensalão, aqueles que eram os guardiões da moralidade, da decência, da ética, estão envolvidos “até os nabos”. Quer dizer, caiu o Ministro Chefe da Casa Civil, caíram todas as pessoas ligadas diretamente à sala do gabinete do Presidente da República e conseguiram construir, ao redor do Presidente da República, uma blindagem. Nada o atinge, nada o Presidente sabia. A frase que o Presidente sempre usa é esta: “Nunca se viu na história do Brasil tanto avanço nisso, tanto avanço naquilo”. Podíamos dizer: nunca se viu na história do Brasil tanta corrupção, tanto envolvimento da classe política na questão administrativa envolvendo os recursos do Tesouro Nacional.

Agora surge o cartão corporativo em nível nacional. Pois bem, se instala uma CPI mista no Congresso Nacional para apurar exatamente o desvio desses recursos. E o que acontece? Quando a Oposição faz a denúncia, surge um dossiê que sai lá do Palácio do Planalto para intimidar a Oposição e para atingir o Governo passado, mas para felicidade nossa, o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma entrevista na manhã de hoje, pela CBN, depois de uma reunião que ele participou na FIEP, em São Paulo, confirmou suas palavras: “Eu abro meu sigilo!” As contas sigilosas da Presidência da República ele quebra, ele quer que o Congresso, que a CPI apure se houve, realmente, esses gastos exagerados como está dizendo, hoje, o possível dossiê que está circulando no Congresso Nacional.

Só que a Oposição no Congresso Nacional, tanto o PSDB, através do Senador Artur Virgílio, Líder do PSDB e o Presidente dos Democratas, Rodrigo Maia, também já se manifestaram. Esperam eles agora que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, faça o mesmo, abra o seu sigilo, diga para a CPI dos cartões: “Estão aqui os nossos gastos.” Abra o sigilo, se não tem medo, então mostre o seu também, a exemplo daquilo que o ex-Presidente da República fez no dia de hoje.

Ora, sabemos que existem contas sigilosas na Presidência da República. Mas, o Fernando Henrique Cardoso disse: “Abro mão. Olha no que gastei.” E ele espera que o mesmo exemplo que ele está dando seja seguido pelo atual Presidente.

Mas, a CPI mista no Congresso Nacional, quer dizer, a convocação da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma, a quem nós respeitamos, foi intitulada pelo Presidente da República como a mãe do PAC. Agora, espero que ela não receba nos primeiros dias um outro título: a mãe do dossiê. Ela já tem negado. E ela disse que vão apurar, através de uma sindicância, para ver de onde saiu esse documento lá da Casa Civil, ou do Ministério, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Presidente Nelson Justus, são algumas coisas que temos que lembrar aqui na Assembléia Legislativa, porque os partidos existem em todos os estados, em todos os municípios. Existem os defensores do PT, representantes do PSDB, dos Democratas e de todos os partidos. Por esta razão, fizemos questão de levantar este assunto na Sessão de hoje. Sei que serei debatido em breve por Deputados que, com toda certeza, haverão de fazer a defesa do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje, gostaria de dizer ao Deputado Elio Rusch que não me inscrevi pensando em vir a esta tribuna para defender o Presidente Lula. O povo brasileiro já o faz e faz bem.

Acho que não precisamos aqui falar de quanta coisa boa está acontecendo no nosso país. Quanta coisa importante. O que dou destaque especial é a desigualdade que estamos vencendo, a desigualdade social. Estamos tornando o Brasil um pouco mais igual. E isso sem entrar no projeto neoliberal do FHC. Isso sem vender nenhuma estatal, nenhuma empresa brasileira.

Saímos de uma situação de devedores para uma situação de credores, Deputado Elio Rusch. Saímos dessa situação sem vender nada. Se alguém deve alguma explicação ao Brasil, não é o Lula. Se alguém deve alguma explicação à Situação brasileira é o FHC e os Governos que antecederam o Fernando Henrique. Por isso não vou gastar os meus cinco minutos aqui para defender aquilo que o povo brasileiro sabe bem. Não precisa ficar aqui defendendo e explicando tanto.

Gostaria de me ater aqui, nestes cinco minutos, para falar de coisas boas que acontecem no Governo Lula, daquilo que já falamos, reforçar. Há poucos dias falamos aqui sobre as universidades de ensino superior. Só no Governo Lula, mais de 10 universidades federais foram criadas e mais 10 estão sendo criadas e vão ser instaladas, vão estar prontas, vão estar funcionando até 2012. O ProUni já atende mais de 250 mil jovens no nosso país. Isso é muito importante, é dar a oportunidade para as pessoas poderem estudar, é dar a oportunidade para as pessoas terem um curso superior, poderem ser mais cidadãs. Acho isso de fundamental importância, ser mais independente, poder, inclusive, julgar os Governos, que acho que é fundamental.

E outra coisa importante que eu queria destacar aqui, Sr. Presidente, é que no dia de ontem, na Folha de São Paulo e hoje a Gazeta do Povo traz uma matéria que para nós justifica, porque falamos do Governo Lula e das mudanças que estão acontecendo no país, porque falamos

das boas administrações do PT. A Folha de São Paulo de ontem e a Gazeta de hoje trazem as 37 cidades que são bons exemplos de Educação. Das 37, cinco são do Paraná. Das cinco do Paraná, duas são do sudoeste, administradas pelo PT, Líder, Professor Luizão, duas prefeituras do PT, São Jorge d'Oeste, administrada pelo Prefeito Adair Ceccato, e Realeza, administrada pelo nosso Prefeito Eduardo Gaievski, administrações que estão sendo referências, que estão sendo exemplo. A nota que foi dada pela pesquisa feita pela UNDIME, pela UNICEF e pelo MEC supera a média nacional, que é de 3,8, sendo que em São Jorge e Realeza passa de cinco pontos. Isso significa o investimento que está sendo feito na Educação desses municípios, na questão do contraturno, na educação integral, como em Realeza que existem quatro escolas de educação integral. As atividades, as criatividade são levadas a esses municípios para que as crianças não só vão para as escolas, como gostem de ficar na escola, como aprendam a amar a Educação. Isso é fundamental.

Vemos no município de São Jorge que no contraturno as crianças podem optar, inclusive, por atividades da arte circense que estimula as crianças, que faz com que as crianças tenham alegria de ir para a escola.

Temos no município de Realeza a criação do Baú do Aprendizado, onde são levados às escolas os livros com histórias infantis, que estimulam a leitura das nossas crianças.

Então, são municípios que hoje são referências, não só no nosso estado, mas no nosso país. Fico feliz e gostaria de dizer, Deputado Elio Rusch, que são administrações do PT.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O próximo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inscribo-me para falar de um assunto, mas com a provocação do eminente Deputado Elio Rusch. Deputado Elio Rusch, tenho a dizer o seguinte: o que causa, o que provoca o descrédito nos políticos, é justamente essa baixaria de ficar jogando lama uns nos outros, de forma que isso só denigre a imagem dos políticos. Acho que temos que nos preocupar com o principal e não com acessórios, embora hoje sobre para a Oposição ao Governo Lula, muitas vezes, o acessório, porque no principal, o Lula está indo muito bem.

Como disse a Deputada Luciana Rafagnin, o povo está reconhecendo, porque se fôssemos olhar, tem muita coisa aí que, na verdade, para ocupar os espaços da grande imprensa como, por exemplo, o Mensalão de Minas, do Eduardo Azeredo, que até hoje não teve nenhum desfecho, não teve explicação.

O Governo passado que vendeu praticamente 70% das empresas estatais do povo brasileiro, não pagou dívida, não melhorou a Saúde, não melhorou a Educação e o Governo Lula, sem vender estatal, está melhorando todas as áreas, inclusive pagando a dívida externa que há 200 anos, desde o período do império, carregamos nas costas.

Quero falar de coisas boas, coisas propositivas. Acho que o povo brasileiro, o povo paranaense está preocupado com o que os políticos trazem de positivo para a população, o que trazem de resultado, não o que ficam jogando de lama uns nos outros. Temos um exemplo importante aqui: na semana passada, na região de Foz do Iguaçu foi inaugurada a Concessão de Lotes das Águas da União para pequenos produtores de peixes. Essa sim, literalmente falando, é a forma correta de ensinar a pescar. O projeto no Lago de Itaipu deve atender em torno de duas mil famílias para criação de peixes em cativeiro. O reservatório oferece condições para a produção de 50 mil toneladas de pescado ao ano. Sabemos que o pescado é um alimento saudável e muito lucrativo, o mercado de pescado está sempre aquecido. Os títulos de concessão dos chamados lotes de água foram oferecidos a 76 famílias, na semana passada, selecionadas entre moradores do entorno mediante licitação não onerosa para famílias com renda inferior a cinco salários-mínimos. A criação se dá em tanques-redes, uma espécie de gaiola submersa e os contratos valem por 20 anos renováveis.

São exemplos produtivos, exemplos que vêm trazer resultados para as famílias que mais precisam. Este é um exemplo criativo de como a união vai lotear os lagos de propriedade dela e fazer tanques de peixes, lotear esses tanques e conceder para as famílias poderem cultivar os peixes ali. Essa inclusive pode não ser nem a renda principal da família, mas uma renda acessória. Calcula-se que cada família pode ter uma renda estimada em torno de R\$ 700 com a produção anual de cerca de 10 toneladas de peixes cada família. E o aproveitamento será feito nos lagos das hidrelétricas. Uma solução simples, uma solução que vai dar um bom resultado. Calcula-se que só no Lago de Itaipu serão beneficiadas em torno de duas mil famílias que vão estar produzindo e fornecendo peixes para a população.

Acho que esses são os exemplos que a população quer ver, a população quer ver resultados! “O que os políticos estão fazendo para nós? O que os políticos estão trazendo de resultados?” Está aqui, de forma simples, mais um resultado, não que eu acredite que muitas vezes acontece nos Congressos, nas Assembléias, nas Câmaras de Vereadores, porque se a fama dos políticos está ruim, provavelmente não é por conta do Governo Lula, mas por conta, muitas vezes, das trapalhadas que às vezes acontecem no Congresso Nacional.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O Paraná tem sido manchete a cada momento, Deputado Rossoni, da insegurança que o povo vive, dos problemas que essa insegurança traz à sociedade paranaense. A cada dia aumenta mais e as estatísticas vão aumentando. As autoridades vão negando, o tempo vai passando e a população continua insegura. Pagamos altos impostos para que o Governo possa dar segurança adequada à nossa população.

Diante de tantos percalços, acontecimentos, principalmente na nossa região, propusemos e tramita nesta Casa, mais um projeto que poderá dar mais segurança à população.

(Lê):

Dispõe sobre a instalação de detectores de metais em terminais rodoviários e dá outras providências. É obrigada a instalação de detectores de metais, físico ou portátil, em todos os acessos às plataformas de embarques de passageiros das estações rodoviárias do Paraná.

Esse é um projeto econômico, não custa mais que R\$ 500, as próprias concessionadas poderão fazê-lo. É um projeto muito fácil, que dá para ser implantado e vai oferecer segurança principalmente aos passageiros de ônibus. Quantos e quantos assaltos em ônibus temos assistido nos últimos dias, ouvido as notícias. Muitos que se dizem passageiros, na verdade são marginais, que entram armados nos ônibus, e ao entrarem armados praticam assaltos àqueles que estão viajando.

Por isso esse é mais um instrumento que colocamos à apreciação dos Srs. Deputados. Ele já tramita na Casa, na próxima semana já deverá estar tramitando na CCJ. Espero contar com o apoio dos Srs. Deputados, porque é mais um projeto no sentido de colaborar com a Segurança do Paraná. Que possa ser aprovado por esta Casa.

Outro projeto de lei que tramita por esta Casa, regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. Muitos dos nossos consumidores inadimplentes, não digo maus pagadores, mas inadimplentes, são apontados nos cadastros de proteção ao crédito, tanto nos bancos, como nos sistemas das associações comerciais e CDLs. Eles são apontados sem sequer serem avisados.

A nossa lei que tramita aqui, Deputado Dobrandino, visa estabelecer uma ordem para apontar esse inadimplente como mau pagador. Ele tem que ser oficiado e terá 15 dias para que resolva o seu problema, ou a partir dessa data, ele será oficialmente comunicado, possa ou resolver o seu problema, ou ele poderá ir para o cadastro dos inadimplentes, tanto dos bancos, como do comér-

cio, indústria em geral. Isso dá uma garantia a mais de cidadania àqueles que, muitas vezes, vêm seu nome prejudicado. E prejudicado porque nem sequer foi avisado que seria apontado no cadastro dos inadimplentes. É mais uma proteção que esta Casa vai tentar oferecer aos cidadãos do Paraná.

A outra questão é com referência à inviabilidade de sigilo nas comunicações telegráficas dos Correios, ou internet, e dá outras providências.

Srs. Deputados, recebemos a cada momento conta de luz, de IPVA, de água, notificações bancárias, boletos bancários e não existe um sigilo, ele vem aberto, vem escancarado. Por isso, estamos colocando aqui que todas as instituições bancárias, prefeituras, enfim, todo aquele que emite um boleto, uma cobrança, essa cobrança deve estar em envelope, em sigilo. Deve ter sigilo. Caso a Prefeitura ou alguém da telefônica venha a fazer uma cobrança sem que isto esteja com o sigilo garantido, o devedor terá um benefício, um abatimento de no mínimo 20%.

É um projeto que tramita nesta Casa, de alcance social, e que eu gostaria de contar com os Srs. Deputados. Gostaria de fazer este agradecimento social, porque tenho certeza de que todos eles serão profundamente analisados e creio que serão aprovados.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Quero agradecer aos Deputados que assinaram ontem um ato de adesão à construção do aeroporto de Cascavel. Ontem consegui, através do contato na Assembleia Legislativa, mais de 40 assinaturas dos Deputados para o encaminhamento ao Sr. Governador Requião, para que ele possa incluir, fazer a inclusão das obras do sítio aeroportuário a ser realizado em Cascavel, atendendo toda a região.

Os Srs. Deputados apoiaram esta manifestação. Quero ressaltar que o Deputado Federal Alfredo Kaefer, lá de Cascavel, teve Audiência com o Ministro Nelson Jobim e desta Audiência ele conseguiu um compromisso de que o Governo Federal participaria, e participando com um órgão chamado PROFAA - Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, aonde o Governo Federal poderia participar com 70% dos investimentos desta obra e 30%, ou ficam para o estado, ou ficam para o município, ou ficam para um consórcio, as chamadas PPPs, iniciativa privada e Poder Público. Com apenas 30%.

E o Deputado Federal Alfredo Kaefer está idealizando a criação de uma S/A, aonde pode participar o Poder Público, a iniciativa privada, para viabilizarmos os outros 30% para construirmos um grande aeroporto em Cascavel e este aeroporto seria construído naquele mesmo local, o Espigão Azul, quando o ex-Governador Jaime Lerner desapropriou a área, não pagou, a área foi devolvida e nada aconteceu.

Estaríamos direcionando esse aeroporto para aquele local, porque atende os dois principais municí-

pios, que são Toledo e também o município de Cascavel e, lógico que uma obra como esta vai trazer um benefício extraordinário e vai consolidar o desenvolvimento da nossa região.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Muito obrigado pelo aparte.

Quero me solidarizar, subscrevi seu pleito, esta luta que é uma luta do Paraná e V. Exa. sabe o esforço político das lideranças regionais, da região oeste do Paraná, como um todo. Agora, um projeto está sendo feito pela universidade que trabalha a questão da viabilidade do aeroporto regional. Já temos o compromisso político do nosso Ministro paranaense, Paulo Bernardo, compromisso assumido nas associações comerciais das cidades de Cascavel e Toledo, para que tão logo fique pronto este projeto de viabilidade econômica do aeroporto regional, façamos uma comitiva das lideranças políticas regionais, vamos até o Ministro Paulo Bernardo e também ao Ministro Jobim. E tão logo isto ocorra, também, naturalmente, fazer uma agenda com o Governador.

Então, há esta percepção, esta vontade, e certamente este projeto provará a necessidade real, e a partir disto, não tenho dúvida de que este aeroporto se transformará numa grande realidade, até porque a própria Ministra Dilma já tem conhecimento disto, nós já falamos numa oportunidade para ela e pode ser uma obra das previsões do PAC do país.

Obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Agradeço o Deputado Elton Welter, que vem reforçar esse pedido nosso, e principalmente que V. Exa. faz parte da Bancada do Governo, de sustentação ao Governo Requião, para que possamos conseguir convencê-lo a incluir no orçamento deste ano. Se não der, que inclua no orçamento do ano que vem. Mas é uma obra viável, é uma obra que se houver um esforço em todos os sentidos, políticos e administrativos, vamos conquistar.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Edgar Bueno, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento, e quero dizer a V. Exa. que goza de um prestígio muito grande na região do oeste do Paraná, pelas bandeiras que sempre tem assumido em defesa da comunidade e da população do oeste. O oeste do Paraná representa muito economicamente, tanto na produção de grãos, como na produção de carne, e também hoje, através das indústrias, não só a agroindústria, mas outras indústrias que se instalaram no oeste do Paraná. E V. Exa., quando Deputado pelo 1º mandato e depois como Prefeito, sei da luta que o senhor fez em favor e em defesa do aeroporto regional do oeste do estado. E sabemos também que toda a população, todos os municípios do oeste abraçaram essa causa. O Deputado Alfredo Kaefer, em

particular, assumiu essa bandeira para si, inclusive percorrendo todos os municípios, percorrendo os Ministérios e procurando angariar cada vez mais apoio das lideranças políticas do oeste e do Paraná inteiro.

Só gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o oeste do Paraná precisa hoje do aeroporto regional não só para transportar o passageiro, mas transporte de comércio, porque abatemos diariamente 1 milhão e 300 mil frangos/dia, e grande parte dessa carne vai para o mercado europeu.

Agradeço o aparte de V. Exa., e na certeza que esse documento, chegando lá em Brasília, possamos encontrar ressonância e respaldo de todas as lideranças do Paraná e do Brasil.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Elio Rusch.

O Deputado Alfredo Kaefer, Deputado Federal que representa o oeste do Paraná e o Paraná no Congresso Nacional, ele tem feito uma luta diferenciada das outras, ele quer buscar o apoio dos Vereadores, dos Prefeitos da região, especialmente os Prefeitos de Cascavel e de Toledo, da Assembléia Legislativa, do Governador Roberto Requião, e logicamente do Governo Federal. Então, ele está fazendo uma luta constante, porque ele compreendeu a importância desse projeto para o desenvolvimento e a consolidação do oeste do Paraná de uma vez por todas. É realmente uma obra significativa, é uma obra que vai merecer muito de nós, um esforço muito grande para que ela possa ser consolidada, e espero que brevemente.

Srs. Deputados, quero falar um pouco do pedágio. O pedágio é um assunto que vem sendo discutido ao longo do tempo, mas acompanhei pela imprensa que a rodovia das Cataratas foi vendida, me parece que a Ecovia, uma empresa com sede em São Paulo, V. Exa. concorda que sim. Estamos sendo explorados. Será que neste edital permitia-se a venda de uma pedagiadora para outra sem que desse satisfação ao Governo? Chegou a hora de tomarmos uma posição mais enérgica. Estamos sendo explorados no dia-a-dia.

Olha, fiz uma conta agora, nesta semana, ali do pedágio do Relógio até o pedágio de Irati, só tem 51 quilômetros; e do Porto Amazonas até São Luiz do Aripuanã, só 25 quilômetros, e você é explorado de 20 em 20 quilômetros. Isso é um absurdo! Temos que tomar providências sérias! E agora qual é a providência que estamos tomando com referência a esta venda que foi anunciada? Não acredito que o edital permitia a venda sem que o Governo pudesse concordar com ele. Então, chegou a hora de tomarmos uma posição enérgica. De São Luiz do Aripuanã, Deputado Jocelito, me parece, indo para Ponta Grossa é apenas 30 quilômetros de distância. É outro absurdo da exploração dessa caixa preta que é o pedágio e que ninguém consegue entrar lá dentro para saber.

Gostaria de convocar todos os Srs. Deputados para unirmos forças para acabar com essa malandragem do pedágio, porque agora estamos comparando preços com outras pedagiadoras e outras licitações que foram feitas, e vemos que o valor está lá embaixo.

Tem muita gente ganhando muito dinheiro com o sacrifício da população do estado do Paraná, diminuindo o nosso desenvolvimento, porque o nosso agricultor é penalizado. O nosso agricultor, os nossos empresários, isso reflete nos preços, todos os dias, pela exploração do pedágio no estado do Paraná. Sou parceiro, sou companheiro e vamos encampar uma luta mais forte do que essa que vem sendo realizada para que possamos realmente tomar uma posição enérgica e tirar esse peso das costas do povo do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado e Presidente Nelson Justus, Deputado Miltinho Puppio, Deputado Jonas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, comitê de imprensa e visitantes.

Inicialmente, permitam-me prestar uma homenagem à maioria dos Parlamentares aqui presentes. Hoje 26 de março, estou com a cópia de um projeto que foi aprovado por esta Casa na gestão do Hermas Brandão, instituindo o dia 26 de março como o Dia Estadual do Clube Atlético Paranaense - o Furacão.

Furacão de tantas glórias, de tantos títulos e que tem contato com uma imensa torcida no Paraná e também em outros estados brasileiros.

Aproveito para lembrar que o Furacão já esteve inclusive como Presidente, o nosso querido e saudoso amigo Aníbal Khury. É muito difícil um político dar certo como dirigente de Clube e o Aníbal deu certo dirigindo o Furacão.

A essa imensa platéia torcedora do Clube Atlético Paranaense, a nossa homenagem hoje, 26 de março, o Dia do Clube Atlético Paranaense, com votos de que muitas glórias o Furacão possa proporcionar à sua imensa torcida em todo território brasileiro.

Presidente, se não fosse um expediente que está timbrado, tem a assinatura da Diretoria da Secretaria Estadual do Abastecimento, quase que não daria para acreditar que os servidores públicos estaduais do Paraná, envolvendo servidores da Secretaria da Agricultura, servidores da Secretaria do Meio Ambiente, servidores da FUNDEPAR e afins, até o presente momento continuam reivindicando, pedindo, implorando para as autoridades que comandam o Governo do Paraná, para que os servidores públicos aqui no nosso estado também sejam contemplados com vale-transporte e com auxílio-alimentação.

É um absurdo! Se o Governo fiscaliza, até multa o empresário que não fornece vale-transporte, muitas vezes o Governo até autua, multa o empresário que não dá ao seu trabalhador o auxílio-alimentação. É estranho e digno de muita crítica que, aqui no Paraná os servidores públicos estaduais estejam sendo desprezados, estejam sendo tratados como servidores de 2ª classe.

Isso é falta de respeito com essa laboriosa categoria, negar a eles o auxílio-alimentação, o vale transporte. E o salário-mínimo regional que o próprio Governador instituiu, aqui diferenciado, os servidores das secretarias que eu mencionei não estão sendo contemplados com o salário-mínimo regional.

Está aqui na pauta de reivindicações do SINSEAB. Por isso que venho a esta tribuna, com o compromisso que fez com que o povo me elegeisse como um dos Deputados mais votados do Paraná, venho aqui defender os servidores públicos estaduais.

Ontem se falou aqui dos milhões que Orestes Quércia está conseguindo faturar com seu jornal no Paraná. Mas o Paraná é um estado privilegiado. Tem uma das melhores terras do mundo. Aqui é aquele lema em se plantando tudo dá - numa área dá café, outra dá soja, outra dá algodão, tem grandes rios de água doce. O Paraná é um estado pujante, de grande produção.

Cabe ao Governo dar o exemplo. Se o particular está sendo obrigado, por força da lei, a pagar o salário diferenciado, que o Governador implante também para os servidores. Quem sabe com essa pequena diferença o servidor vai poder levar meia dúzia de pacotes de leite a mais para seus filhos.

Então, vale-transporte e auxílio-alimentação para os servidores da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, da FUNDEPAR e afins, é o que o sindicato está pedindo. E nós, em nome da Bancada do PP, estamos aqui para expressar a nossa solidariedade à executiva do SINSEAB e o nosso apoio a esses valorosos servidores públicos do Paraná que estão sendo massacrados, com seus salários achatados há muitos anos.

Enquanto não chega o aumento, que o Governo dê a eles o auxílio-alimentação e o vale-transporte e, pelo menos, o salário-mínimo regional diferenciado.

Por último quero, mais uma vez, expressar a minha preocupação como londrinense, cidade que está na faixa de 500 mil habitantes. Londrina que se situa numa região com mais de 1 milhão de habitantes, Tem muita gente na minha cidade assustada, apavorada com essa notícia que foi estampada no jornal, de que o Instituto Ambiental do Paraná, de maneira muito esquisita, passando por cima da lei ou passando por cima da Justiça, já que está *sub judice*, autorizou a construção da usina hidrelétrica de Mauá.

Tinha um material circulando internamente, aqui na Assembléia, dizendo que era em Mauá da Serra essa usina. Não é em Mauá da Serra. Está certo o Deputado Tadeu Veneri. Essa usina vai ficar entre Telêmaco Borba e Ortigueira. É uma usina que vai ser construída usando

as águas do rio Tibagi. O que preocupa quem bebe a água do rio Tibagi, como o povo da minha cidade de Londrina, é que no leito desse rio tem algumas minas de carvão. Já se falou do grande mal que o chumbo pode causar e há uma grande preocupação com a saúde do povo que consome a água do rio Tibagi. Não são somente os peixes que poderão ser dizimados, não são apenas os agricultores que têm propriedades na beira do rio Tibagi, mas, acima de tudo, a população da minha cidade de Londrina que depende do rio Tibagi e essa água poderá ficar contaminada. O nosso povo poderá ficar doente e algumas pessoas poderão correr até o risco de perder a vida.

Dessa forma, Presidente, é de estranhar, é lamentável que um assunto que está na dependência de uma decisão judicial, de repente, uma autoridade, resolva passar por cima da Justiça e autorizar uma usina hidrelétrica num rio tão importante para Londrina e para a nossa região. Eu falo, aqui, em respeito à saúde e ao direito à vida que tem a população que mora na minha cidade de Londrina. Vejo os agricultores, gente de Ortigueira, de Telêmaco, de São Jerônimo, de Assaí, de Jataizinho, de vários municípios, preocupados e até aterrorizados com o grande risco que a vida e que a saúde desse povo está correndo com essa autorização, de maneira afrontosa e inoportuna, da construção dessa usina hidrelétrica que poderá decretar, em última análise, a morte de um rio tão importante, que é o rio Tibagi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna, no dia de hoje, porque parece que, apesar de tão distante, temos uma situação no mundo todo que é extremamente preocupante. Infelizmente, agora, no último dia 20, completou cinco anos - na verdade, dia 19/03/03, às 23h 35min, ou às 5h 35min da madrugada de 20/03, no horário de Brasília - que Bagdá, no Iraque, passou a ser bombardeada. Cinco anos depois, aquilo que era para ser, em tese, segundo todos os relatos feitos pelo Presidente americano George Bush, a libertação de um país que vivia sob uma ditadura, o que temos é um desastre humanitário, talvez um dos mais graves da história recente que temos conhecimento.

Vejam os senhores, primeiro, a forma como foi feito. Não houve, em nenhum momento, nenhum tipo de concordância. Usou-se uma falácia, que eram as armas de destruição em massa; usou-se diversos argumentos para fazer esse tipo de invasão e, em nenhum momento, foi dito que um dos principais motivos era tomar o petróleo dos iraquianos, aliás, petróleo que hoje continua sendo vendido. São cerca de 2 milhões de barris por dia que continuam sendo tirados do Iraque, sem que esse

dinheiro vá para o povo iraquiano. O povo iraquiano, que hoje está numa situação de ter duas horas de eletricidade, em média, por dia. Uma guerra que já custou quase US\$ 3 trilhões ao povo americano e também à economia mundial. Não por acaso, os Estados Unidos vive hoje uma crise que não temos a menor possibilidade de saber qual será o seu desfecho. Mas, o que me chama a atenção, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é que embora oficialmente haja um número bárbaro de mortos no Iraque, cerca de 60, 70 mil, esse é o número oficial, o número não oficial, apurado por outros institutos, chega a 550 mil mortos num país que tem hoje cerca de 16% da sua população já exilada. Um país que tem entre esses mortos, a maioria mulheres e crianças. Um país que tem, em absoluto, condições de poder ver um único dia de estabilidade. Um país que vem sendo ainda bombardeado diariamente. E um país que exatamente não sabe por quem e nem porque está sendo punido. Talvez esteja sendo punido justamente por ter as maiores reservas, depois da Arábia Saudita, conhecidas, de petróleo do mundo. Um país que viu invadirem o seu território, cerca de 150 mil soldados americanos, 200 mil que eles chamam de Polícia Privada, que na verdade são mercenários e que não têm nenhum tipo de lei para punir qualquer tipo de ato. Um país que tem hoje 5 a 6 milhões de exilados, talvez a maior catástrofe humanitária nos tempos recentes e um país que, infelizmente, não vê num prazo curto ou médio, nenhum tipo de solução.

E por que venho à tribuna falar sobre isso, Srs. Deputados? Até porque aparentemente alguns poderiam achar que não há nenhuma relação entre nós aqui no Brasil, embora tenhamos conhecimentos que há um grupo de apoio à população iraquiana.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

E alguns se perguntam justamente por quê somos solidários. O Partido dos Trabalhadores desde o início desta desastrosa iniciativa americana, se colocou totalmente contrário. Não só o partido, o Governo do Presidente Lula, por diversas vezes, manifestou-se no sentido de termos a obrigação de cumprir estritamente aquilo que determinava a ONU. E a ONU, em nenhum momento foi conivente, condescendente, ou aprovou a escala americana ao Iraque. Uma guerra que mais do que vidas, do que os milhões, bilhões de dólares, mais do que a destruição de um país, porque o Iraque, hoje, está praticamente destruído. Quem lucra com a guerra do Iraque, além daqueles que vendem petróleo, são as grandes corporações que fizeram as maiores contribuições para a reeleição do Presidente Bush. Não por acaso essas são as empresas que detêm as maiores fatias de contratos para a reconstrução do Iraque. Reconstrução feita com dinheiro dos próprios iraquianos. Num paradoxo: hoje, a cada dólar destinado para a guerra do Iraque, cerca de US\$ 0,40 são para bancar a Polícia Privada, ou seja, as

forças mercenárias. Os Estados Unidos já tiveram quase 1 milhão de soldados envolvidos neste conflito, sendo que boa parte deles terá distúrbios mentais, além dos problemas físicos. Isso acarretará para a economia americana e para a sociedade americana um custo altíssimo para os próximos anos.

E como eu falei aqui, Srs. Deputados, o pior de tudo isso: não há, Deputado Dobrandino, nenhuma expectativa, nenhuma perspectiva de solução, a curto e a médio prazo. Não há. Não há, porque se pensou em um determinado momento que com essa desculpa dada, havia sido encontrado o inimigo externo e a máquina de guerra dos Estados Unidos, uma vez colocada em curso, era invencível. E hoje o que se vê são pessoas muitas vezes colocando a sua vida nesse confronto, cometendo suicídio, mas enfrentando a nação mais poderosa de toda a história da humanidade e que entrou em uma guerra, recentemente, que foi a guerra Vietnã, e saiu de lá numa situação desastrosa. Uma guerra que se iniciou em 1958 contra os franceses e que, depois, a partir de 1964, 1966, com os americanos, só terminou, Deputado Luizão, quando os americanos saíram de lá derrotados.

O que vemos hoje, falo nós porque, volto a insistir, o PT em nenhum momento deixou de colocar a sua posição firme contra a guerra do Iraque, todos os nossos encontros, todos os nossos congressos, todas as vezes em que houve oportunidade, nos manifestamos contrários à essa prática, a mesma prática que foi feita na Iugoslávia, na ex-Iugoslávia, a mesma prática que talvez se tente colocar em uma disputa aqui no nosso continente. E infelizmente, Deputado Dobrandino, o senhor que é da região tríplice fronteira, lembra bem quando ocorreu, infelizmente, o atentado às torres gêmeas. O que se dizia? Que aquela área - e isso não é delírio, porque isso são notícias que trago aqui da BBC de Londres, são notícias dos principais jornais do mundo - mas naquela época se dizia claramente que talvez fosse necessária uma intervenção na tríplice fronteira - que por acaso é região do Agüífero Guarani, também, que é um dos maiores reservatórios mundiais, se não o maior reservatório mundial de água, aquela área que é uma área de grande biodiversidade, assim como a Colômbia, Equador, região amazônica - que era uma área que abrigava terroristas.

Isso prejudicou muito Foz do Iguaçu, e o senhor aqui, desta tribuna, Deputado Dobrandino, fez uma defesa enfática de Foz do Iguaçu e um repúdio àquele tipo de ação. Prejudicou Foz do Iguaçu, prejudicou a Argentina, as cidades argentinas, as cidades paraguaias, e nunca se encontrou uma única prova que aquele espaço fosse um espaço reservado para a prática de remessas de recursos ilegais a movimentos ou a grupos que fazem a resistência ao Exército americano.

Entretanto, me surpreende que passados cinco anos, parece que nos acostumamos a ver essa, que como

eu falei é uma das maiores tragédias humanitárias deste nosso século, século recente, mas século que já começa com uma guerra que não tem nenhuma perspectiva de fim. Pior ainda, vemos que algumas pessoas parecem que acostumaram ver os números da guerra e, por acostumarem, já não se indignam mais com eles: são quase 4 mil americanos mortos. É muito, mas são quase 500 mil iraquianos mortos. É muito mais.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, acredito que nós, em nenhum momento, podemos esquecer esses fatos, pois quando uma nação como o Iraque, uma nação soberana que foi invadida à revelia de qualquer autorização internacional, continua sendo uma nação destruída, invadida e ocupada. Quando acontece isso e cinco anos depois nós silenciemos, de alguma forma também estamos sendo coniventes.

Talvez esteja muito longe esse debate, talvez tenhamos debates mais presentes e acho necessário que os façamos, Deputados que sabem que temos no nosso dia-a-dia a violência que também nos oprime e asfixia em Curitiba, no Paraná e no Brasil. Mas fico a imaginar como viverá um povo desses, isolado do mundo, isolado de solidariedade, sem condições, absolutamente nenhuma, nesse momento de autodeterminar-se como fica o país que tem uma riqueza imensa, e ao mesmo tempo que essa riqueza foi uma grande dádiva, por séculos, continua sendo hoje o seu grande infortúnio. Infortúnio a ponto de fazer que logo após as primeiras horas de guerra tivesse o maior, melhor e talvez um dos mais antigos museus da humanidade saqueados, onde peças com mais de 10 mil anos de idade foram retiradas diante das forças invasoras e levadas para a Europa e para os Estados Unidos.

Quero encerrar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem nenhum catastrofismo, mas fico imaginando que hoje o maior bem que temos não é o petróleo, não é o minério de ferro, não são as commodities conhecidas, não é a tecnologia; o maior bem que temos e vamos disputar nas próximas décadas, talvez no próximo século, talvez neste século, é a água! Dia Mundial da Água, esta semana, e quero na semana que vem fazer um debate a respeito disso, porque essa água que hoje é colocada para nós aqui, americanos da América do Sul, como nosso maior patrimônio, o Brasil é o país que tem a maior quantidade de água doce do mundo, temos os maiores e talvez os melhores espaços de biodiversidade junto aos rios, que esse não seja também, como foi em outros países, o nosso maior castigo! Justamente por termos a maior biodiversidade, a quantidade maior de água doce, sejamos nós, país da América do Sul, talvez num tempo tão longo quanto imaginamos, mas talvez num tempo tão próximo quanto não queiramos ver, sejamos compelidos a nos defrontar com uma situação muito trágica como essa que estamos vendo em outros países, nos dias de hoje.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna nesta tarde até para comemorar aquilo que recentemente aqui falamos, reclamando e solicitando urgência para que o Governo do Estado trabalhasse no sentido de estabelecer a retomada das obras de duplicação da Estrada da Ribeira, aqui no município de Colombo. Temos a satisfação, nesta semana, Deputado Dobrandino, e queremos aqui também parabenizar a pronta ação, a rapidez com que a COMEC - a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na pessoa do seu Coordenador, Alcidino; da Presidente Letícia e principalmente do Governador Requião, que não mediu esforços no sentido de buscar a rescisão contratual com a empresa que haveria vendido a licitação e que, infelizmente, por falta de estrutura econômica, de equipamentos e gerencial, acabou criando grandes transtornos à toda a população de mais de 100 mil habitantes daquela região, que viram durante um bom tempo as obras em tartaruga, que viram paralisados os serviços, criando empecilhos até no acesso aos comércios.

Tivemos recentemente uma reunião com comerciantes, com usuários da região e que reclamavam do drama da paralisação dessa obra que está investindo quase R\$ 20 milhões de recursos do Governo do Paraná, numa importante via urbana, que apesar de ser uma rodovia federal, pouco fez ou nada fez o Governo Federal nesses últimos 20 anos para estabelecer nesse trecho urbano a implantação de uma obra de acordo com a necessidade, com o volume de tráfego ali estabelecido. É um importante corredor de transporte coletivo e que precisava urgentemente receber investimentos estruturais.

O Governo do estado esta semana retomou a obra, cancelando, rescindindo o contrato com empresa Pussoli, vencedora, e que causou todos esses transtornos, estabelecendo que a nova empresa sequencial da licitação anterior pudesse retomar a obra com dinamismo, com competência e o prazo de execução, se Deus quiser, até meados de outubro deste ano, teremos concluído esse grande investimento que vai transformar toda a região do grande Guaraituba, região que dá acesso a Bocaiúva. O Guaraituba, Alto Maracanã, no município de Colombo.

Então, queremos aqui comemorar a retomada desse importante investimento e queremos parabenizar o Governo do Estado do Paraná por esta ação.

Mas, esta importante obra que comemoramos, também ficamos muito tristes porque vemos, ao longo deste corredor de transporte, um grande terminal pronto, acabado, praticamente em condições de operar na semana que vem e passamos na região do Alto Maracanã e vemos

mais de 90 mil usuários por dia, que fazem a operação do terminal do Alto Maracanã, que está em obras. Portanto, o antigo terminal foi demolido, restabeleceu-se a metade da obra e mais de 90 mil passageiros diariamente fazem uso desse espaço apertado, um espaço insuficiente para operar um volume de passageiros que opera hoje. Infelizmente, divergências de entendimento e até de caráter político, quem paga é o cidadão. Esse mesmo cidadão que está sofrendo no município de Colombo, para acessar, para produzir aqui na grande Curitiba, os bens, para fazer da economia de Curitiba o maior arrecadador do Paraná.

Nós cidadãos da região metropolitana, Deputado Luizão, aqui contribuímos. Infelizmente, vemos que a falta de relacionamento, de articulação, de entendimento e de boa vontade por parte da URBS, coloca o sacrifício de mais de 200 mil pessoas na grande região, que muitas vezes poderiam ter a sua condição facilitada, vemos aí dificuldades. De um lado, o terminal pronto que não está operando, do outro lado, no mesmo corredor, o terminal do Alto Maracanã que poderia amanhã repassar 40% da demanda para operar no terminal de Guaraituba, colocando assim em melhores condições o atual usuário do Alto Maracanã, no município de Colombo, que é maior terminal da região metropolitana.

A situação é desesperadora. A Rede Globo esteve esta semana fazendo uma matéria lá no terminal do Alto Maracanã e demonstrou claramente a dificuldade. E a URBS pede que paguem mais de R\$ 300 mil por mês, Deputada Rosane, para que se opere um terminal no mesmo eixo de transporte.

Imagem, Srs. Deputados, se o mesmo sistema que opera no Maracanã hoje, que faz com que 8, 10 linhas que vêm do Guaraituba até o Terminal, muitas vezes ônibus que transitam com poucos passageiros durante o dia, temos um ônibus ocioso. Imaginem se temos um aumento de custo, quando ao invés de ter 10 linhas funcionando teremos talvez, três ou quatro ônibus troncais, o ligeirinho, linha direta ou articulado operando no mesmo sistema.

É evidente que em termos de logística de transporte estamos corretos. Eu quando Prefeito, em 1996, quando se fazia integração, a URBS procurava já naquela época uma área para construir um terminal na região do Guaraituba. Hoje eles alegam que realmente ficaria mais oneroso. Na verdade não fica, e podemos provar, por A mais B, que o sistema atualmente projetado é mais funcional. Somente o ganho de velocidade que vai se ter na Estrada da Ribeira, com as melhorias que o estado está fazendo, porque hoje muitos ficam cinco, oito minutos esperando um semáforo na região do trevo do Atuba e lá no Rio Verde, para conseguir chegar nos horários de pico até o destino.

Vamos ganhar em velocidade, vamos racionalizar o sistema de transporte, vamos dar mais conforto com a operação. Infelizmente, essa birra, essa desarticulação ou desentendimento entre a URBS e a COMEC faz com que o cidadão seja penalizado.

E vamos denunciar, desta tribuna ou de qualquer lugar, que precisamos deixar de lado as picuinhas políticas. Temos que ver, em primeiro lugar, o cidadão, e fazer com que esses terminais operem para o conforto e o bem-estar do usuário.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Justamente queria colocar essa ponderação que o senhor faz. Na verdade que hoje a região metropolitana acaba sendo penalizada pela URBS, porque os municípios da região metropolitana, em nenhum momento foram ouvidas as Câmaras de Vereadores, mesmo os Prefeitos foram ouvidos quando se votou a nova lei que disciplina o transporte coletivo de Curitiba, porque é de Curitiba e região metropolitana.

E aqui na Câmara Municipal de Curitiba, por uma situação que não conseguimos entender, não há explicação plausível. Ninguém consegue racionalmente dizer o porquê que Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara, Pinhais, outras cidades da região metropolitana, que são cidades que têm uma grande demanda de transporte, acabam, sendo de alguma forma determinadas pela URBS como devem transportar, quanto devem transportar, aonde devem transportar.

Acho que esta Assembléia deveria, sim, porque a Lei do Transporte Coletivo foi votada e foi sancionada agora, com alguns vetos. Deveria chamar uma Audiência Pública, o senhor que é também vinculado à região metropolitana, para que pudéssemos fazer com que essas pessoas não estivessem mais sendo penalizadas, não apenas por uma birra, porque acredito que vai além da birra, é muito mais uma disputa de poder, e esse poder tem um sentido que não sabemos exatamente qual é.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sabemos que o tema é muito emocionante. Com certeza deve ser debatido de forma técnica. Até estamos propondo que através da Comissão de Transportes da Casa possamos convidar a URBS e a COMEC para que nos expliquem realmente, com detalhes, o que representam os custos adicionais, porque é muito fácil falar: “Olha, para fazer isso custa tanto a mais,” e não dar explicações detalhadas. Avaliando de forma simples e eu, até como engenheiro e conhecedor do assunto, é muito simples imaginar que se eu tenho oito ou 10 linhas que transitam num trajeto de 3 quilômetros muitas vezes ociosos, serão substituídos por veículos maiores, com maior capacidade e maior frequência de viagem, estou tendo uma racionalidade do sistema, uma economia do sistema, e não um acréscimo de custos.

Portanto, não consigo entender daonde procede esta alegação da URBS, que pede 300 mil watts, para uma região que já é integrada, dentro do mesmo corredor de transporte. Seria a mesma coisa que dizermos que teríamos aumento de custo, se ao invés do ônibus biarticulado, que vai até o terminal do Cabral, fosse até Santa Cândida,

recebendo alimentadores aqui no Cabral, das regiões próximas e lá na Santa Cândida suas regiões mais próximas, que é o que acontece hoje. Seria a mesma coisa que dizer que seria mais econômico trazermos todo o pessoal do Boa Vista, Santa Cândida, aqui para o Cabral. Isto não é verdade! É irracional!

Então, esperamos que haja, realmente, uma aproximação, um entendimento técnico. Não se trata de questionar questões políticas, porque neste embate político entre um e outro, quem perde é o povão. E creio que devemos ter por parte da URBS, pedir boa vontade, até porque a URBS cobra 4% do valor de todo o faturamento do sistema integrado metropolitano. A URBS fatura, no ano, cerca de R\$ 600 milhões, quatro por cento de R\$ 600 milhões dá, aproximadamente, R\$ 24 milhões por ano, o que é um faturamento, uma arrecadação mais do que suficiente para operar um terminal a mais.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Primeiro, quero cumprimentar pelo seu pronunciamento em relação à Estrada da Ribeira. E parabenizar o comandante da COMEC, o Alcindino. Ele foi rápido e foi eficiente. Parabéns. Atendeu a um apelo de todos nós, e acima, atendeu a um apelo do povo daquela região de Colombo.

Agora, esta questão da URBS, até parece que a Prefeitura de Curitiba fica no Amazonas e o Governo do Paraná fica no Tocantins. Estamos no mesmo estado. Agora, esta boa vontade que a Prefeitura e que V. Exa. pede, que a URBS tenha com o Governo do Estado, a Prefeitura de Curitiba também pede que o Governo tenha esta boa vontade com a Prefeitura. A vida são duas mãos. Não uma só. Quantas retaliações do Governo do Estado para com a Prefeitura de Curitiba. Não que a URBS esteja fazendo retaliação, porque isto seria um pecado com o povo. Concordo com V. Exa. Mas, é brincadeira. O povo não aceita mais isso, com toda razão. E temos que denunciar. Eles não querem acertar. Eles têm que sentar à mesa, mas duas mãos: uma que vai e outra que vem. Esta boa vontade por parte da URBS também deve existir por parte do Governo do Estado em relação à Prefeitura de Curitiba. A Prefeitura tem direitos e nós sabemos disto.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Muito obrigado, Deputado. Exatamente, acho que todos temos que nos despir, estas questões que talvez neste ano, até em função das eleições acabem aflorando. Devemos deixar de lado e buscar, realmente, a conversação, a boa vontade de ambos os lados. Conversamos até com a COMEC, com o Alcindino, e ele me colocava da possibilidade até do Governo do Estado estar financiando neste programa, exatamente a reestruturação de alguns terminais em Curitiba, o que beneficia a toda a região e principalmente Curitiba.

Agora, é evidente que se o Governo do Estado tem dificuldade em atravessar a rua vice-versa, acho que a

Assembléia Legislativa pode estabelecer, de forma harmônica e, eu, em nenhum momento critiquei a Prefeitura de Curitiba, ninguém, mas coloquei a necessidade que temos, neste Poder, de fazer esta articulação para o bem do cidadão; caso contrário ele, e nós aqui que o representamos, ficaremos sem vez e sem voz. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Tenho a satisfação e a honra de conceder a palavra ao nosso ilustre Presidente, Deputado Nelson Justus. V. Exa. tem 15 minutos, ou quanto mais V. Exa. determinar.

Deputado Nelson Justus (Partido Democratas)

O SR. NELSON JUSTUS

Vou usar apenas 10 minutos, Deputado, mas agradeço a deferência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Peço a atenção dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, representantes do povo do Paraná nesta Casa de Leis, para o que tenho a dizer hoje. Algo muito importante, realmente, e para mim pessoalmente de uma importância extraordinária.

(Lê):

“Dia da Recordação do Holocausto

Peço a atenção dos Deputados e Deputadas Estaduais, representantes do povo do Paraná nesta Casa de Leis, para o que tenho a dizer agora.

Há pouco mais de seis décadas, o mundo livre colocava fim ao maior conflito da história da humanidade.

A Segunda Guerra Mundial deixou mais de 50 milhões de mortos - muitos dos quais valorosos brasileiros - além de outras dezenas de milhões de mutilados.

Ao seu final, contudo, há de servir de alento para o fim da insanidade, não restava em pé apenas a democracia, pedra sobre a qual se sustentam todos os parlamentos livres do mundo. Restava vitoriosa a própria idéia do que é ser humano.

Pois ao final tomava-se conhecimento, por inteiro, da monstruosidade que colocou em cheque o próprio conceito de humanidade.

A 27 de janeiro de 1945, o Exército Vermelho, parte das Forças Aliadas, libertou Auschwitz, o maior e mais terrível campo de extermínio nazista, em cujas câmaras de gás e crematórios pareceram ao menos 1 milhão de seres humanos, em sua absoluta maioria judeus.

E à contabilidade sinistra de Auschwitz vieram acrescer, aos olhos do mundo, as de outros campos de concentração, guetos e toda forma de discriminação, numa multiplicação que ainda hoje subtrai a humanidade.

O holocausto é uma das páginas mais tristes da história.

A simples idéia de que um ser humano possa se considerar superior a outro em razão da cor da sua pele,

da substância da sua fé ou da cultura dos seus ancestrais é, em si, vergonhosa.

Que essa idéia tenha sido o alicerce de uma política pública destinada a aniquilar todo um povo, esta é a maior das monstruosidades!

Mas assim foi. E aqui está uma lição de que jamais devemos nos esquecer. Boa ou má, é a força de uma idéia que move as pessoas e o mundo.

Prevaleceu, felizmente, ainda que ao custo de tantas vidas, o conjunto de boas idéias sobre as quais se ergueu o mundo do pós-guerra, do qual somos fruto.

Conjunto de idéias que pode ser resumido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, pela recém-criada Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil tem, até hoje, a primazia de inaugurar, a cada ano, as suas sessões.

Conceitos fundamentais como saneamento básico, saúde pública, educação universal e todos aqueles que hoje compõem o que conhecemos como Índice de Desenvolvimento Humano, antes pouco mais que esboços acadêmicos, ganharam as ruas e as casas das pessoas pela força do sacrifício de milhões.

O que teria sido caso o resultado tivesse sido outro? Melhor não pensar.

Porque os conceitos que aprendemos com nossos pais e ensinamos a nossos filhos encontram eco na história da humanidade, no lema da igualdade, liberdade e fraternidade de quase 220 anos atrás e, em última instância, no grande marco da civilização ocidental, pelo qual medimos a passagem do tempo: o próprio cristianismo.

Quando eu afirmo, a cada dia, que sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão, é a essa herança comum que faço referência e é dela que extraio a força que, antes de mim, iluminou os passos de tantos quantos tiveram a honra de, em nome dos paranaenses, presidirem esta Casa em seus 155 anos de história.

Pois é esta, afinal, no arco distante do passado remoto, a herança que nos une a nossos irmãos judeus, filhos que somos, todos, de Abraão, patriarca de uma multidão, pai do monoteísmo.

A força dessa idéia esculpiu o mundo em que vivemos - um mundo plural, de contrastes e, nunca deixei de acreditar, capaz de abrigar com harmonia os que pensam diferente entre si.

Eu mesmo, cristão, católico fervoroso, me vi diante de um dilema pessoal anos atrás, quando do nascimento de um dos meus três filhos.

Queria eu, para padrinho do meu filho, na melhor tradição católica, um grande amigo.

A dificuldade? Esse amigo é judeu. Pois não desisti. Conversei com a Igreja, expus minhas razões, e obtive, assim, a autorização.

Dois mundos se tocaram naquela pia batismal e ficou a lição, daquele raro momento, de que o respeito mútuo é a medida de toda boa relação humana.

Porque a força de uma idéia também está na memória viva que ela carrega.

Quando, em 2005, a ONU, pelo conjunto dos povos do mundo ali representados, decidiu estabelecer o 27 de janeiro como o Dia da Recordação do Holocausto, criou uma marca no tempo que nos fará sempre lembrar.

Toda a dor não pode ter sido em vão. Porque a dor infame de um só ser humano é a dor de todos os seus irmãos.

Sempre acreditei que aquilo que realizamos dá sentido para a existência humana. Somos o resultado daquilo que fazemos. E senão há nada mais belo do que servir, servir à memória é erigir o futuro.

Por isso, apresento a este Plenário um projeto de lei que pretende estabelecer o 27 de janeiro como o Dia da Recordação do Holocausto também no Paraná.

Com isso, quero sugerir que sigamos não apenas o exemplo da ONU, mas também o de milhões de cidadãos representados em outras Assembléias brasileiras que já aprovaram lei de igual teor.

E o faço com a consciência de que aquilo que nos move, para além das nossas divergências, é a boa política.

É em nome dessa boa política que eu, com humildade, peço desta tribuna, a cada um dos Srs. e Sras. Deputados e Deputadas Estaduais, o voto favorável a esta lei.

Muito obrigado!"

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PSDB.

(**Declina**)

Consulto o PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, por 10 minutos.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Hoje, ouvi pela imprensa que o Secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, aceita vir a esta Casa debater ou conversar com os Deputados. Isso não deve ser nenhuma novidade, porque é obrigação do Secretário vir a esta Casa, até em respeito ao Poder Legislativo. Acho que é uma decisão importantíssima que o Secretário adota de atender a solicitação, seja por convite, seja por convocação, vir à Assembléia Legislativa. Então, fico satisfeito de saber.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a vinda do Secretário a esta Casa é tão importante para nós desta Casa como é para o Governo do Estado. O Secretário, com certeza, Srs. Deputados, vem com argumentos a esta Casa. Conheço seu trabalho, conheço investigando o que o Governo está fazendo no estado do Paraná e ele tem argumentos suficientes para que nós Deputados entendamos que o Governo está fazendo a sua

parte. Claro que entendemos, também, que a Segurança no Paraná não é diferente dos demais estados brasileiros. Sabemos que é complicadíssimo e têm, realmente, razão os Deputados quando fazem suas críticas, denunciam, pedem e solicitam a vinda do Secretário. A Assembléia é para isso e tenho dito que a democracia é isso. Temos que respeitar.

A vinda do Secretário nesta Casa, com certeza, vai nos ajudar a clarear esse panorama da Segurança no Paraná, vai informar melhor os Deputados que têm a obrigação de serem bem informados. Acho que é uma situação diferente, aqui na Assembléia, agora, com a vinda do Secretário. Espero que ele marque para vir o mais breve possível. Teremos, com certeza, o esclarecimento, como tivemos do Secretário da Saúde, no dia de ontem, aqui na Assembléia Legislativa. Então, acho que é muito interessante essa vinda do Secretário a esta Casa, mas continuo enfatizando, como já venho falando há muito tempo, nesta tribuna, que o problema da Segurança no Paraná e no Brasil não é apenas polícia na rua. Se a polícia na rua solucionasse o problema, na minha cidade de Foz do Iguaçu não teria nenhum problema, porque hoje é disparada a cidade mais policiada do Brasil.

Tenho dito que o grande problema da Segurança no Brasil é o problema social que está instalado neste país. Aí que eu divirjo em alguns aspectos do discurso de alguns Deputados, aqui na Assembléia, e mais dos Deputados do PT, quando falam no avanço que teve. Quero dizer aos Deputados do PT que tenho consciência, entendendo perfeitamente que o Governo tem parte boa. Tem investido, na verdade, nessa área social com Bolsa-Escola, Bolsa-Família: Mas, lá fora do Brasil, Deputado Plauto Miró, quem escuta através dos meios de comunicação não é isso que se vê. Lá fora o Brasil não mudou nada. As periferias deste Brasil, é em minha cidade Foz do Iguaçu, em Londrina, Maringá, apesar do investimento no Bolsa-Família, continua na verdade a tensão social do mesmo jeito. Não mudou muito a vida das pessoas. A corrupção desenfreada pelo Brasil afora, enorme, cada dia é um escândalo. Cada dia a televisão mostrando o bolsão de pobreza das favelas.

Pior do que o problema da Segurança, temos visto na área da Saúde o problema da dengue. Via no Rio de Janeiro, Deputado Rossoni, pela televisão, a Prefeitura se desculpando, o Governo do Estado, o Governo Federal, cada um jogando a culpa para o outro e sabemos que a culpa não é apenas do Governo. O Governo tem sim que fazer a sua parte, mas grande parte da culpa dessa epidemia é da população. E melhor do que talvez esse investimento no Bolsa-Família, em alimentação, seria o investimento educativo da população brasileira. Mudar a consciência do nosso povo. Vejo nas periferias das cidades, onde as pessoas jogam tudo no meio da rua, dos rios e aí começa a aumentar a proliferação dessas epidemias nas cidades. Falta, na verdade, um programa que esse Governo poderia fazer: investir na conscientização do povo brasileiro. Talvez teríamos muito melhor segurança

neste Brasil, muito melhor saúde neste Brasil. Essas epidemias talvez não ocorressem em tamanha velocidade se houvesse o investimento do Governo. E tem condições, porque a arrecadação é muito grande. Se tivessem parte disso num programa educativo para o povo brasileiro, não adianta o Governo investir em programa de saúde se não houver colaboração das pessoas mais humildes, que lhes falta consciência da responsabilidade, que também deveria ser dele.

Por isso, venho a esta tribuna dizer que concordo em parte que o Governo Federal, o Governo Estadual e Municipal estão fazendo, mas discordo principalmente com o poder que tem o Governo Federal de não ter desencadeado uma campanha educativa neste Brasil afora para mudar a consciência da família brasileira.

O problema da Segurança é a falência, hoje, da estrutura familiar. As crianças, os adolescentes já nas ruas sem orientação dos pais e por isso vemos hoje o Brasil que estamos vivendo. Imagino que lá fora, quem vê o Brasil através dos mecanismos de comunicação, em jornais, rádios, como vê o Brasil? O Brasil não mudou em nada, o Brasil piorou! E, na verdade, deixamos algumas dúvidas, porque nessa área social, eu discordo plenamente quando dizem que o Brasil mudou, porque o Brasil não mudou. Não mudou. Há muitos investimentos, na verdade, com essas ONGs, que eu discordo plenamente, grande parte delas, o dinheiro não sabem aonde vai, porque nem conta prestam. Discordo da forma como estão investindo, embora tenhamos que admitir que o Governo tem matado a fome de muita gente, dos mais humildes. Mas, esses mais humildes também, muitos deles, não se preocupam em ir trabalhar, porque recebem todo mês nas suas contas dinheiro do Governo. Era preciso que, ao lado desse investimento na área social para as famílias, houvesse também uma cobrança da família, não apenas ir à escola, mas cuidasse do seu dever de casa. Aí sim teríamos, com certeza, um Brasil melhor. Isso não está sendo feito. Está se cobrando muito dos brasileiros, está se arrecadando muito, mas eu diria que não está se investindo de forma correta. Não adianta despejar dinheiro nesses bairros afora, no Brasil afora, e a nossa pecha lá fora, através da imprensa, continuar do mesmo jeito, as periferias matando, se matando, a droga corre solta. E nisso eu não vejo, por parte do Governo, um investimento, ou seja, uma tomada com mais responsabilidade para mudar esse quadro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. da imprensa, cidadãos do estado do Paraná.

Subo à tribuna pra falar também, Deputado Dobrandino, sobre Segurança Pública e para comunicar também à Assembléia que ontem, às 19h um carro foi furtado. Seria uma notícia comum se não fosse um carro devidamente caracterizado com o emblema da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e com os dizeres: “A serviço do Deputado Estadual Marcelo Rangel.”

O nosso carro foi furtado no centro, aqui, de Curitiba, com esse adesivo. Quer dizer, para mostrar a audácia dos bandidos. Aí, fomos à Delegacia de Furtos para fazer a queixa. Chegando lá, em apenas 30 minutos, Deputado Rossoni, uma senhora também foi fazer o B.O. devido a um assalto que ocorreu com ela e sua família, à mão armada, aqui no Portão, centro da cidade de Curitiba, também. E, naquele momento, os policiais receberam a informação de que um assalto à mão armada, onde o proprietário do veículo se recusou a sair do carro e foi assassinado. Ainda nesses 30 minutos que estávamos lá na Furtos e Roubos, chegou a informação de que um homem tinha sido assassinado em uma tentativa de roubo em Santa Felicidade.

Portanto, as notícias continuam chegando. As pessoas, os cidadãos paranaenses estão muito amedrontados. A situação é grave, Deputado Dobrandino. Mas, concordo com V. Exa. o problema é crônico. O problema da Segurança no Estado do Paraná, no Brasil, é realmente crônico, começa pela educação, garantias de sociabilização e prevenção.

Temos um problema no estado do Paraná, segundo fontes da própria Polícia Militar, temos um policial para cada 720 habitantes, na polícia preventiva; temos pouco mais de 15 mil policiais no estado do Paraná. É um dos menores contingentes efetivos do Brasil, e já falamos, aqui, na Assembléia Legislativa. Portanto, além da educação, da prevenção, existe também o problema do investimento e da falta de um efetivo que seja considerável para o tamanho e para a importância do nosso estado.

Portanto, acredito que o Secretário de Segurança, que agora foi convidado e virá à Assembléia Legislativa, vai realmente admitir que estamos passando por uma fase muito difícil, Deputado Reni Pereira. A fase de falta de Segurança no estado do Paraná é realmente muito grave e o Secretário precisa realmente assumir a sua responsabilidade, assim como nós Parlamentares também temos que assumir as nossas responsabilidades, como estamos fazendo nestes últimos dias aprovando projetos de lei que visam dar mais Segurança aos nossos cidadãos, mas acima de tudo o Secretário precisa ter realmente humildade.

Eu, para terminar esse meu pronunciamento, queria falar que recebi agora há pouco uma denúncia de que o Governo do Estado voltou a fazer mais 800 mil jornais, notícia do Paraná. A festa realmente ainda continua. Pedimos a atenção, pedimos a intervenção do Ministério Público, da Justiça, mas infelizmente não recebemos respostas, e as denúncias ainda continuam.

E com relação ao pronunciamento do Deputado Rossoni, que foi feito ontem, aqui, desta tribuna, a respeito do pregão eletrônico, a respeito do Jornal do Quêrcia que vai receber R\$ 4 milhões, fico indignado, Deputado Elio Rusch, porque quando se trata de Educação, o Governo do Estado cancela licitações, como aconteceu no Instituto de Educação na cidade de Ponta Grossa. Cancelou licitações por suspeita de fraudes. Acredito que o Governo deveria também cancelar esse pregão eletrônico que, pelo menos, demonstra claramente que foi estranho, que foi muito esquisito. Também acho que nos próximos dias as notícias nesse jornal do Quêrcia, que vai receber mais 4 milhões do Governo do Estado do Paraná, serão extremamente positivas para o Governo do Estado do Paraná e para o Chefe do Executivo. De repente, terá mesmo a propositura de uma candidatura à Presidência da República, de tanta alegria, pelo fato de ter vencido esse pregão eletrônico. Era isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PR/PTB.

(**Declina**)

Bloco PSB/PRB/PV.

(**Declina**)

Democratas: com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje o tema Segurança Pública está na mente de vários Parlamentares desta Casa, que ocupam a tribuna para relatar as questões no estado do Paraná. Vimos o Secretário da Segurança Pública dizendo que no mês de abril, agora, ele estará presente na Assembléia Legislativa para fazer um debate com os Srs. Parlamentares, para que ali possam ser respondidas as perguntas, dúvidas que existem entre todos os representantes dos municípios do nosso estado do Paraná.

Mas eu, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podia deixar de ocupar esta tribuna para também falar aqui sobre Segurança Pública.

Nós andamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pelas ruas das cidades paranaenses, em especial da nossa cidade de Ponta Grossa, onde nas conversas que temos, nas leituras que fazemos nos meios de comunicação: nos jornais, nas rádios, nos canais de televisão, dia-a-dia ficamos assustados com aquilo que está surgindo e vindo à tona. Os criminosos avançam, enquanto as pessoas de bem se escondem. Os criminosos tomam conta das ruas do nosso estado do Paraná, enquanto as pessoas de bem levantam grades e muros em suas residências, com medo dos bandidos que estão nas ruas paranaenses.

Quero aqui registrar algumas questões que vêm de encontro com essa inoperância da Secretaria da Segurança Pública, do Governo do Estado do Paraná, com tudo aquilo que tem relação com a Segurança Pública.

Um dos maiores problemas, na minha maneira de ver, com relação à Secretaria da Segurança, é o contingente policial. Para todos vocês terem uma idéia, de acordo com uma lei de dezembro, é necessário o Governo do Estado, no dia de hoje, neste ano de 2008, ter mais de 21 mil policiais no contingente da Polícia Militar do estado do Paraná. Na verdade, hoje, tem pouco mais de 17 mil policiais, faltando mais de 4 mil policiais para poder suprir as necessidades dos batalhões da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Isso quer dizer, o estado cresce, a população avança e o contingente policial não cresce de acordo com aquilo que é previsto e que é projetado. Vem diretamente o resultado nas ruas, nas cidades, no nosso estado do Paraná, enquanto a Segurança Pública não receber investimentos significativos para que possa ter mais policiais militares, para que possa ter mais policiais da Polícia Civil, mais estrutura e, principalmente, um lugar para deixar esses presos.

Deputado Durval Amaral, para o senhor ter uma idéia, na nossa cidade de Ponta Grossa, temos mais de 1.500 mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário. Quero lhe dizer que o cadeia da nossa cidade tem quase o dobro daquilo que suporta, quase o dobro de presos que tem a sua capacidade, a penitenciária está lotada.

Então, a verdade aqui eu trago, se prenderem esses 1.500 marginais que têm o seu mandado de prisão expedido, aonde vão colocar? Não tem cadeias, falta estrutura. A verdade é essa, queiramos ou não. Vejo muitas vezes posições dizendo que é um problema da sociedade, é um problema social. É também. Mas, quando a Polícia não age, o que temos é a impunidade. E a impunidade estando à solta, a tendência é o crescimento da marginalidade.

Quero aqui deixar registrado o problema que a nossa Ponta Grossa vive, o problema que o estado do Paraná vive, e o nosso país também. É crítica. As pessoas de bem, repito, estão se escondendo em suas residências e os marginais, as gangues, tomam conta das ruas do nosso estado do Paraná.

Tem que ter uma ação concreta, tem que priorizar a Segurança Pública. É mais contingente, são mais investimentos, são mais presídios, porque na verdade, se nada for feito, a situação vai ficar muito mais grave do que está hoje.

Quero repetir, de acordo com a lei de dezembro de 2007, aprovada pela Assembléia Legislativa do Paraná, teria que a Polícia Militar ter mais de 21 mil homens, e têm hoje pouco mais de 17 mil. Isso quer dizer que tem 4 mil e 66 policiais a menos do que aquilo que a lei pede, fala e determina. Tem alguma coisa errada aí.

Concedo aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Plauto, parabéns pelo seu pronunciamento. Gostaria de deixar registrado que a Agência Estadual de Notícias divulgou que o Governo do Estado vai fazer um investimento de R\$ 160 milhões nos próximos três anos e meio.

Fiquei indignado e até fiz um questionamento nas últimas Sessões, que a região dos campos gerais, que nós representamos, ficou de fora. Pelo menos segundo o site da Agência Estadual de Notícias e também a região de Curitiba.

Curitiba e Ponta Grossa não receberão, pelo menos, segundo informações do próprio Governo, investimentos em Segurança Pública, nos próximos três anos e meio. Ou alguma coisa está errada, ou esqueceram de colocar Ponta Grossa e a região dos campos gerais, com mais de 1 milhão de habitantes, e esqueceram também da cidade de Curitiba e região metropolitana, ou então realmente o Governo não está preocupado com essas duas regiões importantíssimas do estado do Paraná.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Fico triste em ver uma posição como esta do Governo do Estado do Paraná, que mais uma vez tira Ponta Grossa do mapa estadual, deixando os investimentos tão necessários na área da Segurança Pública fora do objetivo, que é atender a todos os paranaenses.

Parece que Ponta Grossa, nossa região, está um pouco esquecida das ações do Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Deputado, quero me somar ao pronunciamento de V. Exa. e também do Deputado Marcelo Rangel. Aliás, quero me solidarizar a ele em relação ao roubo do seu veículo e dizer que esse dado que V. Exa. traz à tribuna na tarde de hoje, essa deficiência de mais de 5 mil homens no quadro da Polícia Militar, certamente estimula o *modus operandi* que está existindo na cidade de Foz do Iguaçu e que daqui a pouco chega em Ponta Grossa, chega em Curitiba, que é o seqüestro de veículos.

Em Foz do Iguaçu a sensação de insegurança é tão grande que recentemente também tive um veículo roubado e me pediram para devolver o carro. Seguindo a orientação da Polícia não dei, acreditei na Polícia. Fiquei sem o carro, mas também não estimei uma prática que deve se estender.

Mas esse reflexo da insegurança é que cada vez mais faz com que os bandidos se tornem mais audaciosos. Esse sistema que a bandidagem está utilizando em Foz do Iguaçu e na nossa região, certamente daqui alguns dias chega na sua cidade de Ponta Grossa, chega em todo estado do Paraná. Porque aos poucos a criminalidade aumenta e a Segurança diminuiu os investimentos.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço o Deputado Reni e quero concluir o nosso pronunciamento. Deixar claro que vários crimes acontecem dentro da nossa cidade de Ponta Grossa, de pessoas mais abastadas, moradores do centro da cidade, como nos bairros, no setor rural do município de Ponta Grossa e dos municípios que compõem os campos gerais.

Infelizmente, muitos deles acabam ficando sem solução, sem explicação. Sempre falam que aqueles colarinhos brancos, as pessoas que têm uma condição financeira acabam tendo os seus crimes resolvidos pela Polícia o mais rápido possível, quando esses crimes acontecem. Mas a verdade é que todos os cidadãos, hoje, enfrentam essas dificuldades. Quero aqui deixar registrado dois casos da nossa cidade de Ponta Grossa.

O empresário da área de panificação, o Sr. Lauro Matias, que foi assassinado dentro do seu estabelecimento por bandidos, por assaltantes, e mais um empresário da cidade de Ponta Grossa, o Sr. João Vargas de Oliveira Jr, que teve a sua casa invadida por assaltantes e foi ele agredido e sua família, e até hoje não foi solucionado esse problema.

Sem contar milhares de pessoas que aqui coloco, dentro do nosso estado do Paraná, da cidade de Ponta Grossa e dos campos gerais, de Curitiba, enfim, de todos os municípios paranaenses que sofrem e infelizmente não vêem a solução nos crimes que acontecem.

Tenho certeza que a Polícia Civil, a Polícia Militar, tem feito o possível para combater essa criminalidade. Mas policial falta sim, estrutura falta sim, mais condições para que as Polícias possam agir enfrentando e confrontando a criminalidade que cresce bastante, cresce vertiginosamente dentro do nosso estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário destinado à Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna também justificando a falta do nosso companheiro Pugliesi, que foi representar esta Casa em Arapongas, quanto à questão do falecimento do Sr. João Carlos Martins Kava, proprietário de uma das maiores indústrias moveleiras do Brasil, a Moval Móveis - Irmãos e Indústrias Reunidas. Diretamente, este senhor empregava 1.200 funcionários. Indiretamente, tinha quase 4 mil funcionários.

Por isso, justificamos a falta do nosso companheiro Pugliesi, que foi representar esta Casa.

Mas, venho falar também em nome da Segurança do nosso estado. A Segurança que todos estão acompanhando, a nível nacional, aonde o Rio de Janeiro tem

feito uma média de 6 a 8 conflitos por semana, nos morros do Rio. E São Paulo também não fica diferente. Só que não tem a média que o Rio de Janeiro tem.

Centenas de pessoas assassinadas, centenas de pessoas presas. Diversos conflitos, movimentando até um pensamento de que as quadrilhas estão se organizando de uma maneira que estão regionalizando os crimes. E as últimas quadrilhas de grande porte presas aqui no estado do Paraná, de assaltos a banco, principalmente, citando o caso de Pinhais onde tivemos dois assaltos, as duas são do estado de São Paulo. Pessoas que não moravam aqui, que vinham pela manhã, de São Paulo, faziam o assalto, se separavam à tarde e voltavam ao estado de São Paulo. O último grande assalto que tivemos, tirando os diários que temos, infelizmente, aqui no estado, também, citam as quadrilhas organizadas das grandes penitenciárias do Rio, São Paulo e de Belo Horizonte. Os famosos PCCs.

Mas, foi citado aqui que o Governo do Estado não estaria investindo em Segurança. Até o momento já compramos mais de 4 mil novas viaturas. Estou falando em 4 mil novos veículos, comprados no Governo Roberto Requião. Quatro mil veículos distribuídos e muitos deles retirados dos famosos alugueis superfaturados que tínhamos, dos veículos de antigamente. Pagava-se até R\$ 2 mil e 500, R\$ 4 mil por mês por estes veículos. E hoje temos uma manutenção permanente, em todas as microrregiões, podendo afirmar que na semana que vem iremos entregar cerca de 220 a 280 veículos, conforme as fábricas entregarão ao Governo do Estado, tanto na Polícia Militar, na Polícia Civil e na Polícia Florestal.

Mas, as penitenciárias que já foram inauguradas neste Governo, inauguramos em Piraquara a penitenciária que ficou famosa por ser modelo para o Brasil, a questão da profissionalização do preso, tirando aquele preso que já era exterminado da sociedade, a hora em que ele saía da prisão, sem profissão, sem qualquer busca de emprego. Ele já sai profissionalizado. A penitenciária de Guarapuava, que também é modelo nacional e mais as penitenciárias que estão para ser inauguradas nos próximos três meses. A de Maringá, que terá 960 vagas, atendendo a toda a região norte e noroeste do estado, a de Foz do Iguaçu, citando o caso do Deputado Dobrandino da Silva, mais 960 vagas, esvaziando as cadeias, as cadeias públicas nos municípios, os famosos mini-presídios, que sem dúvida nenhuma o Governo está se esforçando, como nenhum outro Governo da história do Paraná, gastou tanto na área da infra-estrutura, da área da Justiça, para esvaziar os famosos cadeiões. Mas, infelizmente, temos acumulados, e ainda represados, quase 15 mil pedidos de prisão, prisões que serão desde a questão de pensões alimentícias a prisões de bandidos famosos que estão foragidos.

Em Francisco Beltrão também vamos inaugurar mais uma penitenciária com 960 vagas, atendendo a região oeste e sudoeste. Vamos inaugurar também na região de Cruzeiro do Oeste, na região de Umuarama, mas acima de tudo o que estamos fazendo a nível de

Governo de Estado, para evitar o crescimento da criminalidade, é a redução das taxas e dos impostos. O Governo propiciou na isenção dos impostos das pequenas empresas, as microempresas, quase 500 mil empregos novos no estado do Paraná. Só no mês de janeiro o Paraná foi recordista em registros no Brasil - vamos frisar isso que é muito importante - o Paraná foi recordista no Brasil, pela população que nós temos, foram 14 mil novos empregos registrados, com carteira assinada. Isto significa que é a redução dos impostos. A gama de investimentos do Governo do Estado propiciando aqui, agora, na CIC, só na Siemens e nas empresas paralelas que estão sendo formadas no estado do Paraná, quase 25 mil novos empregos até o final deste ano, de empresas novas em nosso estado, Deputado Elio Rusch. Isso dá condições à população de não buscar na criminalidade o seu sustento.

Muitos desses problemas que digo hoje, estamos com falta de profissionais no estado do Paraná, a Secretaria do Trabalho, do nosso amigo e companheiro Nelson Garcia, que tem feito um trabalho brilhante, está tendo neste momento quase 200 pontos de profissionalização em nosso estado. Vamos citar o exemplo de Campo Mourão, que falamos ontem com o Prefeito Nelson Tureck, a FRANGOBRAS que será inaugurada agora no mês de abril, de cara vai ter que contratar 1.200 novos funcionários. Estamos já contratando, fazendo a listagem, mas vão faltar profissionais na área industrial, vão faltar profissionais, como já estão faltando na área da construção civil. A região de Juranda, Juníópolis, a região de Campo Mourão, precisam hoje de 300 pedreiros. Eu não tenho Deputado Douglas Fabrício, não tenho; temos convocado pessoas de todas as regiões, buscando na região central para levarmos às regiões que hoje estão faltando. Na região de Cianorte está faltando mão-de-obra qualificada.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Kielse, V. Exa. está abordando aqui a questão da Segurança e fazendo um relato das ações do Governo nesta área, pelo que estou observando. Há uma coisa que me questiono, quando se fala que o Governo do Estado adquiriu tantas viaturas para colocar à disposição das Delegacias de Polícia para atuarem na área de Segurança. Pergunto se V. Exa. tem a informação de quantos veículos durante o curso deste ano, dos 4 mil veículos que V. Exa. acaba de falar, foram deteriorados? E se tem a informação, se houve a recuperação desses veículos, se retornaram às Delegacias de Polícia? Porque tenho a leitura de que muitas vezes se contesta de que fica mais barato adquirir o veículo do que locar. Mas, lamentavelmente, um carro quando cai na mão da Polícia Civil, quando retorna praticamente é imprestável. Então, essa colocação eu gostaria de fazer a V. Exa. para ver se tem a informação nesse sentido, porque realmente tenho a leitura de que isso possa se transformar até muito mais caro para os cofres do Governo.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Até posso responder de pronto, Deputado Ademar Traiano.

O Governo do Estado montou um novo sistema, a permanência dos veículos dentro da área das Polícias Militar e Civil.

Todos os veículos comprados pelas Polícias Militar e Civil têm a vida útil já programada, independente da sua quilometragem, do seu estado, dois anos permanecerá sendo utilizado.

Após dois anos ele entrará numa licitação pública para venda e, antecipadamente, o Governo já estará comprando. Como já houve o ciclo dos dois anos, já tivemos a venda dos primeiros veículos e a compra dos novos veículos.

Por isso, o número de veículos tende a aumentar. Estamos retirando todos os veículos antigos linearmente, e os novos têm a vida útil já programada, dois anos.

Isto foi um decreto do Governador, junto à Secretaria de Segurança, pois é muito difícil manter um veículo mais de dois anos na Polícia Militar e na Civil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Projetos que necessitam de apoio. Todos apoiados.

Gostaria de registrar, a pedido do Deputado Jonas Guimarães, a presença do Sr. Irineu, Presidente da Câmara Municipal de Guaporeno. E, a pedido do Deputado Dobrandino da Silva, registrar a presença do Presidente da Câmara de Nova Aurora, o Sr. Vilmar, e do Vereador Manoel Evaristo da Silva. E também registrar a presença do Sr. Irineu Dias de Paula, a pedido do Deputado Teruo Kato.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 010/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que propõe reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/08. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 020/08, subscrito pelo Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão de hoje (26/03/08), em virtude de sua participação em reunião do Ministério da Educação a ser realizada em Brasília/DF, que tratará da assinatura de convênio de caráter educacional a ser firmado junto ao Governo da Ucrânia. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria dos Deputados Durval Amaral e Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, com apoioimento do Deputado Luiz Accorsi, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Gostaria de registrar, a pedido do Deputado Jonas Guimarães, a presença do Sr. Irineu, Presidente da Câmara Municipal de Guaporema. E, a pedido do Deputado Dobrandino da Silva, registrar a presença do Presidente da Câmara de Nova Aurora, o Sr. Vilmar, e do Vereador Manoel Evaristo da Silva. E também registrar a presença do Sr. Irineu Dias de Paula, a pedido do Deputado Teruo Kato.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 762/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 762/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 051/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, com sede e foro no município de Toledo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 051/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi - APMF, com sede e foro no município de Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede isenção do pagamento de taxas estaduais, relativas a renovação da carteira nacional de habilitação (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda de Plenário.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/08, que dá nova redação ao artigo 6º, da Lei nº 15329, de 15/12/06, conforme especifica (Ensino). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 650/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/07 de 04/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 650/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, não consta nos dispositivos do presente projeto a sigla ACEFI, a qual também integra a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme previsão do respectivo Estatuto Social. Portanto, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 650/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 033/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública o PROVOPAR

- Programa de Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Palmeira, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor *revogadas as disposições em contrário*, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: Art. 9º *A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 033/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública o Grupo União Pela Vida - Umuarama, com sede e foro na cidade de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/08, de 04/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 059/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública o Grupo União Pela Vida - Umuarama, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º do presente projeto, dispor *revogadas as disposições em contrário*, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 059/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia da Recordação do Holocausto, no dia 27 de janeiro de cada ano. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 013/07, de 04/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o Dia Estadual da Recordação do Holocausto, a ser comemorado no dia 27 de janeiro, a fim de demonstrar às futuras gerações o terror cometido 60 anos atrás.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que no que tange à iniciativa legislativa, para a proposição do projeto em tela não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada pelo artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado.

Diante dessa constatação, demonstra-se necessário observar a legitimidade da presente propositura, atra-

vés da análise do que determina nossa Constituição Federal acerca das competências relegadas aos estados, em seu artigo 25:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservados aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Destarte, como não é vedada, conseqüentemente é autorizada a disposição da matéria que ora se analisa pelos estados, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Pois vejamos também a legitimidade no que se depreende da análise do artigo 215 da Constituição Federal, o qual nos faz saber a admissibilidade de tal propositura, bem como sua conformidade com os preceitos do Direito:

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta, revestindo-se de legalidade.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 548, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 544, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa, por se tratar de assunto de competência municipal.**

Requerimento nº 546, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 549, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 550, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 551, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 556, de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Alexandre Curi, Nelson Justus e Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 557, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 559, 560, 561, 563 e 564, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 565, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 558, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Registramos, a pedido do Deputado Kielse, a presença da Sra. Terezinha Xavier, Primeira-Dama do município de Luisiânia. Obrigada pela presença! Também está presente o Presidente da Câmara de Vereadores de Araruna, Vereador Genésio. Agradecemos a presença de todos!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)
Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)
Apenas para fazer um convite aos Deputados. Quero convidar os Deputados para segunda-feira, às 10h da manhã, Sessão Solene comemorativa ao aniversário da cidade de Curitiba, aqui no plenarinho da Assembléia Legislativa.
Obrigado, Sr. Presidente!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Obrigado a V. Exa.!
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 27, às 10h, em homenagem aos 200 anos

de fundação do Banco do Brasil, por proposição do Sr. Deputado Elton Welter.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 556, 754 e 832/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 650/07; 033, 059 e 066/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 338, 508, 593, 758, 856/07; 003, 004 e 050/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240-A/01

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELIZANDRA POLAK LUVIZOTTO, para exercer cargo em Comissão, junto à Coordenadoria de Cerimonial e Relações, a partir de 01/06/01.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06/06/01.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 188/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1376, datado de 03/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula nº 123, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 25/04/1962, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, lotado na Coordenadoria de Serviço

Médico, nos termos do artigo 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 15/11/83 e 15/11/88. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.03.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 189/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9254, datado de 05/09/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria a MARIA LUIZA HUBNER, matrícula nº 40250, portadora do RG 1.109.818/PR e do CPF 607.164529-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-01, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98, combinado com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/03, que asseguram os proventos de modo integral considerando a totalidade da remuneração do cargo efetivo, incorporando as vantagens que faz jus, 04 (quatro) adicionais assegurados pelo artigo 170 da Lei Estadual nº 6174/70, sendo que os proventos serão reajustados com paridade, ou seja, para a sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação e transformação dos cargos. Resultando em proventos de inatividade, conforme cálculo de fl. 36 da Coordenação de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24/03/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 056/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 9254, datado de 05/09/07, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARIA LUIZA HUBNER, matrícula nº 40250, portadora do RG nº 1.109.818/PR e do CPF 607.164.529-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-01, o que segue abaixo:

1 - incorporação de 06 meses, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70;

2 - contagem do tempo de 05 anos, 10 meses e 24 dias, para efeito de aposentadoria, período de 01/07/77 a 24/05/83, em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Campo do Tenente/PR, nos termos do parágrafo 9º, artigo 201, da Constituição Federal, conforme certidão do INSS;

3 - contagem de 03 anos e 06 meses, para efeito de aposentadoria, tempo de serviço considerado pela legislação vigente à época, convertido em tempo de contribuição, conforme disposto no artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98, em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Quitandinha/PR, no período de 01/03/66 a 01/08/69, conforme certidão do INSS; e

4 - contagem de 10 anos, 08 meses e 29 dias, já descontado o tempo em paralelo, para efeito de aposentadoria, tempo de serviço considerado pela legislação vigente à época, convertido em tempo de contribuição conforme disposto no artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20/98, em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Campo do Tenente/PR, nos períodos de 05/01/62 a 06/12/65 e 20/02/70 a 20/12/76, de acordo com certidão do INSS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/03/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

